

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO

LUIZA BEGHETTO PENTEADO DOS SANTOS

UMA ANÁLISE CRÍTICA DA DEPRESSÃO DENTRO DO ÂMBITO DO
TRABALHO E DE SUAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS

CURITIBA
2013

LUIZA BEGHETTO PENTEADO DOS SANTOS

UMA ANÁLISE CRÍTICA DA DEPRESSÃO DENTRO DO ÂMBITO DO
TRABALHO E DE SUAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Direito da Universidade
Federal do Paraná, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Aldacy Rachid Coutinho

CURITIBA

2013

Luiza Beghetto Penteado dos Santos

Uma análise crítica da depressão dentro do âmbito do trabalho e de suas
consequências jurídicas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em
Direito da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título
de Bacharel em Direito.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Doutora Aldacy Rachid Coutinho
Orientadora - Universidade Federal do Paraná - UFPR

Professor Sandro Lunard Nicoladeli
Universidade Federal do Paraná - UFPR

Professor Sidnei Machado
Universidade Federal do Paraná - UFPR

Curitiba, 03 de dezembro de 2013

*Dedico a todos trabalhadores e trabalhadoras deprimidos pela
ausência de sentido de seus trabalhos.*

AGRADECIMENTOS

Não pretendo aqui agradecer a todas as pessoas importantes da minha vida, mas me atarei a agradecer aquelas sem as quais eu não seria quem eu sou e não teria a capacidade de escrever a presente monografia.

Primeiramente, agradeço a minha mãe, que teve a incrível habilidade de educar quatro filhos de maneira tão dedicada, firme e certa, mesmo que sem querer. Graças às inúmeras reuniões familiares em que você nos “obrigava” a fazer as pazes e discutir nossos problemas, aprendi a ser uma pessoa muito mais reflexiva sobre o meu comportamento e mais compreensiva sobre o comportamento alheio. Percebi com você que não há porque ter medo de demonstrar fraquezas, de não ter sucesso e de que o sofrimento é inevitável e é com ele que mais aprendemos e amadurecemos. A vida não se resume à “felicidade” e com você entendi que o amor é a roda da vida.

Agradeço ao meu pai, porque me ensinou, apoiou e me mostrou o caminho para superar as condições sociais que me foram impostas. Sem você, sem dúvida, eu não estaria me formando. Obrigada por todo o incentivo, paciência e conselhos. Ao tentar te entender, entendi o mundo, o que me incentivou bastante na escolha do meu tema.

Não desmerecendo os outros, mas se existe uma pessoa no mundo sem a qual Luiza não seria Luiza, essa pessoa é justamente quem pensam que também é a Luiza, mas não é. Bruna, eu sei que você não é *eu*, mas sinto que você faz tão parte de mim quanto eu. Se dizem que amor de mãe ninguém entende, eu digo que amor de gêmeo também não. Eu te amo muito e graças a você eu me formei como ser humano, com você eu construí minha personalidade, minhas opiniões e até mesmo meus pensamentos. Quando penso na minha história com você, imagino duas pessoas sentadas no alto de uma montanha olhando para o mundo. Juntas analisamos o mundo, desvendamos o ser humano e compreendemos a vida. Muito obrigada por ter nascido comigo, bom seria se todos pudessem não terem que enfrentar esse mundo sozinhos. Agradeço por todas as inúmeras ajuda com a monografia e por toda sua paciência.

Agradeço a Luciana, minha irmã mais velha, por tudo que você já fez por mim. Obrigada por ser a melhor irmã mais velha que alguém poderia desejar. Fugindo da

regra, nunca nos tratou com superioridade por ser mais velha, mas sim com muito amor e dedicação. Você é um modelo para mim, por mais que as aparências digam o contrário, admiro muito sua humildade e bondade. Sou muito grata a você por ter tornado a minha vida (e da Bruna e do Ber) mais feliz, com você nos divertimos, rimos e aprontamos. Mas também com você aprendi que quando a vida é dura temos que seguir em frente e assumir as responsabilidades que nos cabem. Você foi a minha cobaia da vida, obrigada por ter me ensinado como lidar com ela.

Agradeço também ao meu irmão, Bernardo, o qual me fez perceber que as relações humanas são complexas e difíceis, mas que elas nos fazem amadurecer e a tentar sempre superar problemas que nunca serão superiores ao amor que sinto por você.

Agradeço a toda família Beghetto Penteado por ser uma família única, de superação do destino a que estava fadada. Sem vocês, Vó Dinorá, e todos aos meus tios e tias e primos e primas, eu com certeza não teria me tornado uma pessoa tão sensível e crítica. Agradeço a minha madrinha, Tia Sid, por toda dedicação e carinho que você sempre me deu, você é uma madrinha nota 10, mesmo de longe.

Agradeço, em especial, a minha prima Vanessa, que sempre esteve ao meu lado e me abriu a visão para tantas coisas, desde a época da igreja até hoje na militância. Muito obrigada por estar ao meu lado em toda essa longa caminhada que já passamos juntas.

Agradeço às minhas queridas amigas: Eline, Ellen, Débora, Maraísa e Ryana. Um dos meus grandes medos era não ter amigas da escola/faculdade pro resto da vida, porque eu nem sempre fui tão sociável e nem sempre tive facilidade de manter vínculos. Pode parecer exagero, mas com vocês eu aprendi que amizade é uma construção diária e a cada dia que passa mais eu quero estar com vocês. Eu não tenho palavras pra descrever o quanto me sinto feliz por termos nos encontrado (de modo tão aleatório) na mesma turma. Eu simplesmente adoro estar com vocês e pretendo nunca perder nossa amizade. Agradeço de coração por toda a ajuda que vocês já me deram nesses três anos juntas na faculdade. Sem nossos grupos paralelos de conversa via facebook e whatsapp, eu estaria perdida e, provavelmente, teria esquecido dos prazos da monografia.

Agradeço aos meus companheiros de militância do Coletivo Socialismo e Liberdade de Curitiba e do Rompendo Amarras, sem os quais não teria feito a escolha desse tema. Em especial ao Spam, que leu minha monografia e fez alguns

apontamentos e ao Marcelo, que me ajudou muito, mostrando não só que tem muito conhecimento, como também um grande coração.

Agradeço ao meu querido Renato, que é muito mais que um amigo, espero ter você do meu lado pra sempre. Muito obrigada por toda a ajuda com a monografia e por toda paciência.

Por fim, agradeço a minha orientadora, Aldacy, cujas brilhantes aulas me despertaram o interesse por Sociologia e Direito do Trabalho, pela colaboração e pelos esclarecimentos na pesquisa e redação desta monografia.

Suponho o espírito humano uma vasta concha, o meu fim, Sr. Soares, é ver se posso extrair a pérola, que é a razão; por outros termos, demarquemos definitivamente os limites da razão e da loucura. A razão é o perfeito equilíbrio de todas as faculdades; fora daí insânia, insânia e só insânia.

(O Alienista – Machado de Assis)

RESUMO

O estudo da depressão dentro do âmbito do trabalho ao resumir-se apenas à questões biológicas mascara a realidade opressora que predomina dentro do mundo do trabalho. No entanto, vinculá-la apenas à fatores relacionados às condições do ambiente laboral limita a compreensão da depressão à questões particulares e específicas. O presente trabalho busca fazer uma análise crítica de como a depressão tem sido encarada no âmbito do trabalho e de suas consequências jurídicas. Compreender que o processo saúde-doença é determinado socialmente é essencial para entender a relação entre a depressão e o trabalho. O conceito de doença no mundo moderno sempre esteve vinculado à capacidade ou não de trabalhar, portanto, não necessariamente o patológico é de fato uma anormalidade, até porque o conceito de normal também é determinado de acordo com aspectos sócio-históricos. Verifica-se, portanto, que os altos índices de depressão na sociedade contemporânea corresponde ao período de desenvolvimento do toyotismo, modelo de organização produtiva marcado pela flexibilidade da produção, intensos ritmos de trabalho, exigência de trabalhadores multiquificados, em que se mantém a lógica da máxima produtividade. O amplo conceito de depressão tem sido um bom mecanismo para exclusão ou afastamento do mercado de trabalho de trabalhadores que demonstrem indícios de fadiga, desânimo, tristeza ou insatisfação. Ainda que o trabalhador acometido por depressão tenha direitos que lhe amparem, o Direito do Trabalho aparece como mecanismo de manutenção do modo de organização do trabalho, tendo em vista que é regido pela lógica securitária e indenizatória, em que se onera a empresa apenas financeiramente. Além de que a teoria da causalidade predominante na medicina, colabora para dificultar a configuração do nexo causal, já que considera-se que a depressão é multicausal, o que resulta na aplicação de causa nenhuma. É preciso superar essa lógica, a partir de modelos epidemiológicos que abarquem a totalidade da realidade.

Palavras-chave: Trabalho alienado. Saúde mental do trabalhador. Depressão no trabalho. Processo saúde-doença. Determinação social. Toyotismo. Consequências jurídicas.

ABSTRACT

The study of depression in the workplace, when reduced to biological issues only, masks the oppressive reality that rules the labor world. However, linking it only to factors pertaining to workplace conditions restricts our understanding of depression to particular, specific issues. This study aims at a critical analysis of the ways depression has been understood in the labor field, and of its legal consequences. Understanding that the health-illness continuum is socially determined is key to understand the relationship between depression and work. The concept of illness in the modern world has always been connected to one's ability, or inability, to work; thus, whatever is seen as pathological is not necessarily an abnormality, because the notion of normality is also determined by socio-historical aspects. Thus, it can be verified that the high levels of depression in contemporary society match the development of Toyotism, a model of production organization characterized by flexibility in production, an intense rhythm of work, and the demand for workers with multiple skill sets, under a logic of maximum productivity. Depression as a general concept has been a good mechanism to exclude or restrict from the labor market those workers who show traits of fatigue, discouragement, sadness or dissatisfaction. Although workers who suffer from depression have recognized rights, the labor laws function as a mechanism to maintain the current work organization mode, since they operate through an insurance and compensation logic under which a company has to face financial burdens only. Besides, the causality theory that governs medicine helps in muddling the causal axis, since depression is seen as an issue with many causes, which in practice means no cause at all. This logic must be left behind, and be replaced by epidemiological models that comprehend reality as a whole.

Key-words: Alienated Labor. Mental health worker. Depression at work. Health-illness continuum. Social determination. Toyotism. Legal consequences.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 ASPECTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS DO TRABALHO HUMANO	13
2.1 PERSPECTIVA ANTAGÔNICA DO TRABALHO	13
2.2 MODOS DE ORGANIZAÇÃO E OS SENTIDOS DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA	21
3 SAÚDE DO TRABALHADOR: CAMPOS DE ATUAÇÃO E SAÚDE MENTAL ...	31
3.1 HISTÓRICO: DA MEDICINA DO TRABALHO À SAÚDE DO TRABALHADOR..	31
3.2 SAÚDE MENTAL E TRABALHO	37
3.2.1 Estresse	40
3.2.2 Psicodinâmica do trabalho	42
3.2.3 Modelo epidemiológico/diagnóstico.....	47
3.2.4 Subjetividade e trabalho	50
4 DEPRESSÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO	53
4.1 DEPRESSÃO: ASPECTOS HISTÓRICOS E CLÍNICOS	53
4.2 RELAÇÃO ENTRE DEPRESSÃO E TRABALHO	60
5 CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA DEPRESSÃO NO TRABALHO	70
5.1 DEPRESSÃO COMO DOENÇA DO TRABALHO	71
5.2 DIREITOS DO EMPREGADO DEPRESSIVO.....	74
5.3 UMA ANÁLISE CRÍTICA AOS DIREITOS GARANTIDOS AO TRABALHADOR EM DEPRESSÃO	77
6 CONCLUSÃO	82
7 REFERÊNCIAS.....	86

1 INTRODUÇÃO

A depressão atualmente apresenta dados alarmantes na sociedade contemporânea. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, os transtornos depressivos serão a primeira causa da carga global de doença em 2030. E em 2020, será a segunda maior causa de incapacidade no trabalho. Só no Brasil, os transtornos mentais e do comportamento são a terceira maior causa de concessão de benefícios previdenciários, sendo a depressão a primeira maior dentro desse grupo. Diante desse cenário, busca-se através do presente trabalho analisar aspectos que envolvem a relação entre depressão e trabalho de modo crítico, para que seja possível enxergar o porquê o mundo do trabalho tem se tornado fonte de uma sociedade “depressiva”, tendo em vista o significativo aumento desse transtorno nos últimos anos. A depressão não se trata de um problema individual, mas sim social e será aqui abordada a partir desse ponto de vista.

Ressalta-se que se trata de um tema bastante complexo, o qual envolve aspectos de diferentes áreas do conhecimento. Portanto se reconhece a dificuldade de apresentar um trabalho que abarque o tema em sua completude. Diante disso, optou-se por apresentar os principais marcos teóricos que envolvem o tema da relação entre depressão e trabalho. Dividiu-se, portanto, o trabalho em quatro partes, as quais serão brevemente apresentadas a seguir.

O primeiro capítulo irá versar acerca da concepção de trabalho, em que se demonstrará o porquê que o conceito apresentado por Karl Marx é o único que consegue superar os aspectos sociais vigentes, sendo assim, portanto, um conceito transhistórico, em que o trabalho é considerado atividade vital do homem. Contudo, com o advento da sociedade capitalista, o trabalho humano torna-se alienado, devido ao surgimento da privatização dos objetos e meios de produção. Diante disso, o homem vê-se na necessidade de vender a sua força de trabalho para sua subsistência. Surge assim o trabalho assalariado. Portanto, partindo das concepções marxistas de trabalho, este com o sistema do capital, apresenta uma perspectiva antagônica, pois de um lado é fonte de autoconstrução humana e por outro lado, é fonte de exploração do homem pelo próprio homem.

Em seguida, serão apresentadas as transformações que a organização do trabalho sofreu no decorrer da história do capitalismo. Ressaltando-se que a

passagem do taylorismo para o fordismo e, por fim, para o toyotismo não representa rupturas, mas sim, o desenvolvimento de métodos de gerência, que surgem como resposta a situação conjuntural que o capital encontra-se. Será enfatizado como o toyotismo representa o modelo de produção em que o aspecto subjetivo do trabalho, ou seja, o trabalhador será manipulado para perseguir os interesses do capital.

No segundo capítulo, tratar-se-á dos aspectos históricos da relação entre trabalho e saúde, em que se explicará como a própria medicina foi e continua sendo utilizada para adaptar o trabalhador às condições de trabalho. No entanto, a construção do campo da Saúde do Trabalhador busca romper com essa lógica e colocar, de fato, a saúde do trabalhador como objetivo principal desse ramo. Ainda neste capítulo, será abordada a evolução dos estudos sobre saúde mental e trabalho. Neste ponto, serão apresentadas diferentes vertentes da psicologia e psiquiatria do trabalho que visam demonstrar a correlação do trabalho como causador de adoecimento psíquico nas pessoas.

Após a apresentação do panorama geral que envolve a questão da depressão dentro do ambiente de trabalho, no terceiro capítulo trataremos especificamente sobre o tema. Primeiramente será exposto os aspectos históricos e clínicos da depressão e, no segundo ponto, com base nos fundamentos já expostos nos primeiros capítulos, será traçado a relação existente entre trabalho e depressão, com um enfoque crítico dos pressupostos que permeiam esse tema.

E, por fim, no quarto capítulo, serão apresentados as consequências jurídicas que a depressão dentro do ambiente de trabalho pode ocasionar. De início, haverá uma brevíssima exposição do aspecto geral acerca da legislação que trata das questões dos direitos que envolvem a saúde do trabalhador. Depois haverá a demonstração de como a depressão pode ser considerada uma doença do trabalho e os direitos que decorrem dessa situação. E por fim, será delineada uma crítica aos moldes de como o Direito do Trabalho encara a questão da depressão, sendo utilizado como mecanismo de prevalência dos interesses do capital em detrimento da saúde do trabalhador.

2 ASPECTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS DO TRABALHO HUMANO

O trabalho do mundo contemporâneo não pode ser compreendido como um modelo natural de atividade de produção. A história do trabalho e da humanidade caminham e sofrem transformações juntas, isto porque não há ser humano sem trabalho. O trabalho, como veremos a seguir, é a atividade vital do homem. No entanto, com o advento da sociedade capitalista, o ser humano perde a sua autonomia sobre a atividade laborativa, tornando-se mero fator de produção. Diante disso, abordaremos a perspectiva antagônica do trabalho no mundo capitalista. Trataremos nesse capítulo também sobre as alterações que a organização do trabalho sofreu no mundo moderno até os dias de hoje.

2.1 PERSPECTIVA ANTAGÔNICA DO TRABALHO

Todos compreendem o trabalho como essencial para a vida humana. Durante toda a história da humanidade, viu-se presente a necessidade do trabalho: desde a organização social em tribos nômades até o surgimento do trabalho nos moldes atuais (assalariado, subordinado, eventual, etc). Durante esse meio tempo, passou-se pelo trabalho escravo, pelo campesinato, pelo trabalho servil e feudal, houve o surgimento das corporações de ofício, do trabalho industrial até o predomínio do trabalho centrado na prestação de serviços. Portanto, o que se percebe é que a concepção de trabalho sofreu muitas transformações durante o decorrer da história. Os sentidos e significados do trabalho estão sempre atrelados aos seus contextos históricos, econômicos e sociais e aos valores socioculturais correspondentes.

O sociólogo Ricardo Antunes, explica que desde o mundo antigo “o trabalho tem sido compreendido como expressão de vida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e servidão”¹. Na Grécia antiga, em um poema de Hesíodo há uma verdadeira ode ao trabalho. Mais tarde, o trabalho torna-

¹ ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 11.

se instrumento de tortura, punição e sofrimento, enquanto o ócio era a fonte de realização do homem. Com a propagação do pensamento cristão, o trabalho é considerado o caminho da salvação, como ato de dignidade e fé. Assim, na modernidade, há o prevalecimento do negócio, o qual, segundo Antunes, é “negar o ócio”, em que se abomina a preguiça e o descanso.²

Com o advento da Economia Política, muitos economistas passaram a considerar que o trabalho é fonte de riqueza, como Adam Smith. A partir da ideia de que o trabalho é fonte de valor, ele desenvolveu a teoria da repartição do valor dos bens. Segundo ele, o valor dos bens pode ser distinguido entre duas categorias: valor de uso e valor de troca. O primeiro referente à utilidade do bem e o segundo, à capacidade de quem detém um bem de, através dele, obter outros bens no mercado. Para exemplificar sua teoria, utiliza a água como um exemplo de bem com valor de uso e o diamante como um bem com valor de troca. Sendo que o valor de troca, numa sociedade simples, será definido pela quantidade de trabalho existente para a produção de um produto. Já em uma sociedade mais complexa, o valor das mercadorias será determinado pelo nível do salário do trabalhador, pelo lucro do capitalista (intermediador) e pela renda do proprietário fundiário; considerando que o salário é determinado pela natureza do trabalho e pela demanda deste trabalho para os empreendedores.³

Muitos economistas liberais foram influenciados pelas ideias de Smith, seguindo com a lógica de que o trabalho é fonte de riqueza, as quais só serão contrapostas por Karl Marx e Friedrich Engels. Ambos partem da ideia de que o trabalho não é só fonte de valor, ele é muito mais amplo do que isso. Segundo Engels, o trabalho é “a condição básica e fundamental de toda vida humana”, a ponto de poder-se dizer que foi o trabalho quem criou o próprio ser humano.⁴

Marx desenvolve um conceito transhistórico para o trabalho: é toda ação humana sobre a natureza com o objetivo de transformá-la para satisfação de sua necessidade. Trata-se de um processo entre o sujeito e a natureza, em que o sujeito utiliza-se de sua força natural para se apropriar da matéria natural e a modifica para que se torne útil para sua vida. E ao modificar a natureza, o sujeito modifica a sua

² ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 11-12.

³ DROUIN, Jean-Claude. **Os grandes economistas**. São Paulo: Martins, 2008, p. 10-12.

⁴ ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, [s. d.]. 3v.

própria natureza, no sentido de que pode criar meios de produção e subsistência que alteram sua condição de vida.⁵

A ação humana sobre a natureza se diferencia da ação animal, pois o ser humano age conscientemente sobre ela, enquanto o animal age instintivamente. Os animais dependem de seus instintos e força natural para manter a sua existência e, portanto, o que caracterizam suas vidas são os seus processos biológicos, no sentido de que serão sempre determinados por suas atividades biológicas; “o animal só produz a si mesmo”, “produz apenas sob o domínio da carência física imediata”⁶. Ao passo que o ser humano tem a capacidade de superar os limites das suas características naturais ao produzir seus meios de subsistência e de produção através da natureza, mas para além dela. Diferente do animal, o trabalho humano não é instintivo, é teleológico, destinado a um fim predeterminado.

O clássico exemplo de Marx da abelha e do arquiteto apresenta nitidamente essa diferença: o que distingue um arquiteto ao construir um projeto de uma abelha ao construir sua colmeia, é o fato de que o arquiteto “figura na mente a sua construção antes de transformá-la em realidade”⁷, enquanto a abelha não tem liberdade de criação, ela apenas segue sua natureza, não modifica a sua realidade e a da sua espécie. Portanto, o homem tem a capacidade de agir livremente. Enquanto o animal só pode produzir a si mesmo, o homem pode reproduzir toda a natureza.⁸

Segundo Engels, o desenvolvimento da mão e a vivência em manadas fez com que o trabalho fosse desenvolvendo-se a ponto do ser humano perceber as vantagens da ajuda mútua e da atividade conjunta, e assim, a grosso modo, passa a se constituir em sociedade. E daí, há a necessidade do surgimento da linguagem, assunto o qual não iremos nos aprofundar, ainda que é importante ressaltar que o trabalho teve um papel central na origem da linguagem.⁹

Para Marx e Engels portanto, não é a consciência que diferencia os seres humanos dos animais, mas sim a capacidade dos primeiros de produzirem seus meios de vida.¹⁰ O ser humano ao criar suas condições de vida cria a sua condição de ser.

⁵ MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política, livro primeiro: o processo de produção do capital, v. I. 29. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 211-212.

⁶ *Idem*. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 85.

⁷ *Idem*. **O capital**: crítica da economia política, livro primeiro: o processo de produção do capital, v. I. 29. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 211-212.

⁸ *Idem*. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 85.

⁹ ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, [s. d.]. 3v.

¹⁰ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 87.

O que determina o homem são seus meios de produção e suas relações de produção em determinada sociedade. Diante disso, o ser humano é um ser social e histórico. Não há uma essência predeterminada. Antes o ser humano era nômade – apenas adaptava-se à natureza, ao criar os meios de produção agrícola e instrumentos de caça e de domesticação animal, adequou a natureza às suas necessidades para que pudesse estabelecer-se em apenas um local fixo. Segundo Klein, a capacidade humana, “uma vez produzida socialmente, integra a condição do gênero e, por decorrência, é também constitutiva de cada indivíduo”.¹¹

Partindo da compreensão marxista de trabalho, não há como não entender o trabalho como categoria fundante do ser humano social. Segundo Lessa:

O trabalho é pois, a categoria fundante do mundo dos homens porque, em primeiro lugar, atende à necessidade primeira de toda sociabilidade: a produção dos meios de produção e de subsistência sem os quais nenhuma vida social poderia existir. Em segundo lugar, porque o faz de tal modo que já apresenta, desde o seu primeiro momento, aquela que será a determinação ontológica decisiva do ser social, qual seja, a de que, ao transformar o mundo natural, os seres humanos também transformam a sua própria natureza, o que resulta na criação incessante de novas possibilidades e necessidades históricas, tanto sociais como individuais, tanto objetivas quanto subjetivas.¹²

No entanto, trata-se de um conceito amplo, que considera o trabalho independente de qualquer forma social e constituído de três elementos: a atividade adequada a um fim, ou seja o próprio trabalho; a matéria que se aplica o trabalho ou o objeto do trabalho, como a terra; e os meios de trabalho, caracterizados por Marx como “uma coisa ou um complexo de coisas, que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto”¹³, como uma lança ou um martelo; as condições materiais de trabalho também são consideradas meios de trabalho, ainda que indiretas, como o campo, as estradas e as fábricas.

O trabalho livre e criador se realiza com a conjugação dos três elementos acima descritos, em que o trabalho manual e intelectual estão interligados. No entanto, o surgimento da propriedade privada e junto a ela os diversos estágios de

¹¹ KLEIN, Lígia Regina; KLEIN, Bianca Larissa. Ontologia humana e trabalho alienado. In: VENDRAMINI, Celia Regina; MACHADO, Ilma Ferreira (Org.). **Escola e Movimento Social: experiências em curso no campo brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, v. 1, p. 23-42.

¹² LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 142.

¹³ MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**, livro primeiro: o processo de produção do capital, v. I. 29. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 212-214.

desenvolvimento da divisão do trabalho fez com que a relação entre o indivíduo e o processo de trabalho (constituído pelo material, instrumento e produto do trabalho) se modificasse. Marx, portanto, irá explicar as diferentes formas de propriedade que existiram na sociedade, desde a propriedade tribal até o completo desenvolvimento da propriedade privada e, junto com ela, da sociedade capitalista. É importante frisar que “o sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho”¹⁴, há a expropriação do trabalhador dos objetos e dos meios de produção, restando-lhe apenas a sua força de trabalho, a qual o trabalhador terá que vender ao proprietário dos objetos e meios de produção, surgindo assim a forma do trabalho assalariado.

Marx irá reconhecer que o processo de trabalho produtivo, no sentido que visa a realização de um produto, no seu conceito simples não é suficiente para caracterizar o processo de produção capitalista. Por um lado, o conceito amplia-se, porque com a divisão social do trabalho, há a separação do trabalho intelectual e manual, que serão realizados por um coletivo de trabalhadores. Então, para realizar um trabalho produtivo basta ser parte desse *trabalhador coletivo*. E por outro lado, restringe-se o conceito de trabalho produtivo porque “a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais valia”. Nesse sentido, para se ter trabalho produtivo, não é mais suficiente produzir, é preciso produzir mais valia¹⁵, que se caracteriza pelo excedente que o capitalista pode conseguir com a mercadoria que é produzida pelos elementos do trabalho, ou seja, a soma dos valores dos meios de produção e da força de trabalho.¹⁶

Não se visa aqui abordar a teoria desenvolvida por Marx sobre a crítica da economia política. No entanto, é importante observar como Marx, diferentemente de Smith e de outros economistas, conseguiu desenvolver um conceito de trabalho que não partisse de uma percepção conjuntural. O próprio Marx irá dizer como a Economia Política parte de noções que não tem uma explicação prévia, há uma suposição como se fossem coisas naturais ou que naturalmente existiriam, como a propriedade privada.¹⁷

¹⁴ MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política, livro primeiro: o processo de produção do capital, v. II. 29. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 830.

¹⁵ *Ibidem*, p. 583-584.

¹⁶ *Ibidem*, p. 220.

¹⁷ *Idem*. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 79-80.

O trabalho no capitalismo, seguindo a lógica de Marx, torna-se estranhado ao ser humano, pois o que deveria ser a finalidade básica do ser social, torna-se em meio de subsistência. O trabalho, o qual, em um primeiro momento, é a atividade vital do ser humano, responsável pela sua humanização, com o surgimento de um sistema centrado no capital, torna-se alienado. O sujeito, que a princípio era idealizador e concretizador do trabalho, torna-se apenas mais um elemento do trabalho através da sua força de trabalho.

Marx afirma que o ser humano é um ser genérico, no sentido de que é universal – e não meramente individual. Como ser genérico, relaciona-se com a natureza inorgânica de modo que se torne seu corpo inorgânico, tendo em vista que ela é um meio de vida imediato para o sujeito e é objeto e instrumento de sua atividade vital, qual seja, o trabalho. Portanto, a vida física e mental do sujeito está interligada com a natureza, logo, “a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza”.¹⁸

Sabemos que as plantas têm a capacidade de realizar a fotossíntese, as abelhas são responsáveis pela polinização, os animais têm a capacidade de se relacionar com o meio ambiente para satisfazer suas necessidades imediatas, etc. Todos os seres vivos possuem uma atividade vital. Diferentemente de todos os outros seres vivos, a atividade vital do ser humano é consciente, ele tem a capacidade de por meio do trabalho (atividade produtiva livre, de criação) determinar sua própria vida. Nesse sentido, o ser humano não é um ser individual, mas sim um ser genérico, e, ao agir como ser genérico através de sua atividade vital, determina livremente o seu ser individual.¹⁹

No sistema capitalista, essa lógica é invertida: a vida genérica torna-se apenas meio da vida individual, ou seja, o trabalho – sua atividade vital, torna-se apenas meio para sua existência. No entanto, a elaboração do mundo objetivo através da transformação da natureza inorgânica, entendida como trabalho, confirma o homem como ser genérico. Como diz Marx: “O objeto do trabalho do homem é portanto a objetivação da vida genérica do homem”²⁰. Logo, no sistema capitalista, quando se tira do ser humano o objeto da sua produção – privatiza-se não só a

¹⁸ MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 84.

¹⁹ *Ibidem*, p. 84-85.

²⁰ *Idem*.

natureza, mas também todos os objetos já criados pela humanidade, tira-se do sujeito a sua vida genérica, tira-se o seu corpo inorgânico.²¹

O trabalho estranhado e alienado surge quando o ser humano necessita do trabalho como meio de subsistência, mas não mais através do produto do seu trabalho e porque através da sua atividade vital cria coisas com valor de uso pra si, mas porque é por meio do trabalho que recebe seu meio de subsistência, que será representado pelo salário, para comprar os produtos que lhe garantem a vida física. Portanto, Marx irá dizer que o trabalho no sistema capitalista é alienado, pois o objeto e produto do trabalho do sujeito não mais lhe pertence. No entanto, o ato da produção também lhe é estranho, sua atividade não é livre, não lhe pertence. Nesse sentido, o estranhamento é duplo: o sujeito estranha a natureza e estranha do sujeito a si mesmo, pois não se reconhece na sua atividade vital.²²

Sendo assim, o trabalho é externo ao sujeito, não é concreto, mas sim abstrato, não é fruto da atividade consciente do sujeito com uma prévia ideação. Trabalha-se para produzir qualquer coisa (o produto pouco importa) para receber um salário para se manter. Portanto, o trabalho não é voluntário, é obrigatório – a não ser que se trate dos donos dos meios de produção, que são, por consequência, os donos dos produtos produzidos pelos trabalhadores – não há escolha para o trabalhador (ou trabalha, ou morre). Diante disso, o sujeito nega o seu ser genérico, não desenvolve suas potencialidades humanas no trabalho alienado, pelo contrário, “mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito”, portanto é infeliz no trabalho. E só sente livre e ativo nas suas funções animais, como comer, beber, procriar, dormir, etc.²³ Ainda que o trabalho na realidade de Marx era a situação precária do trabalho industrial durante a Revolução Industrial, tal situação – de ter prazer apenas ao exercer funções animais – em pleno século XXI, não nos é estranha.

Verificamos, portanto, a perspectiva antagônica do trabalho: o trabalho é atividade vital do ser humano, portanto sua essência, a sua fonte de autorrealização, porém, na sociedade capitalista, é fonte de negação desse mesmo ser humano e de suas potencialidades, de exploração, de ausência de liberdade.

A despeito da concepção de trabalho atribuída por Marx – que nos parece até hoje a que melhor conseguiu captar o que é trabalho, tanto em seu sentido amplo,

²¹ MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 80-85

²² *Ibidem*, p. 83.

²³ *Idem*.

como no interior da sociedade capitalista – o trabalho moderno e contemporâneo possuiu e possui diversos sentidos, ainda que a força de trabalho seja “uma mercadoria especial, cuja finalidade vem a ser a criação de novas mercadorias objetivando a valorização do capital”²⁴, a concepção que cada um individualmente tem de seu trabalho é diferente, pode ser tanto como um simples emprego para *se manter*, como uma carreira profissional para *ser alguém na vida*. Porém, é importante entender que isso nem sempre é uma escolha do trabalhador, tendo em vista que a forma como o trabalho é organizado terá muita influência na percepção individual que cada um tem sobre ele.

A sociedade capitalista tem como cerne o capital, que atua sob uma lógica de movimentação de dinheiro que busca produzir mais dinheiro através da venda de mercadorias. Nesse sentido, o mercado “torna-se a mediação suprema da acumulação de mais-valia”, logo, é a partir dele que se estrutura “o nexos produtivo e reprodutivo-social”.²⁵ Sendo que só a força produtiva do ser humano como mercadoria que pode produzir a mais-valia, por isso a importância do trabalho ser livre (não escravizado), porque ele é uma mercadoria que precisa produzir valor de troca. Enquanto em um sistema de circulação simples de mercadoria, o dinheiro é apenas meio de troca, no sistema capitalista, ele é o objetivo, é centrado em torno da autovalorização perpétua do dinheiro, da lógica da acumulação da riqueza abstrata. Diante disso, não é apenas o trabalho que é estranhado, mas o modo de produção capitalista é o próprio sistema do estranhamento social, em que toda a vida social é determinada pelo capital e não mais pelas necessidades humanas.²⁶

Portanto, o dinheiro deixa de ser meio de circulação de bens para ser o signo de riqueza do ser humano. Ainda que o capital existisse antes da consolidação do sistema capitalista, é com o surgimento da grande indústria e do sistema de máquinas que o trabalho humano torna-se mero intermediário do processo de valorização (do capital). Diante disso, o modo de organização capitalista não visa o atendimento das necessidades sociais, mas sim das necessidades do capital. No entanto, por necessitar da força de trabalho humano é preciso que o sujeito continue vivo. Logo, todo conhecimento produzido pelo ser humano visa a expansão do capital. Segundo

²⁴ ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 69.

²⁵ ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Práxis, 2007, p. 17.

²⁶ *Ibidem*, p. 15-24.

Meszáros, este é expansionista, incontrolável, incorrigível e insustentável. Ainda que inventado pelo ser humano e para o ser humano (capitalista), ele possui uma lógica própria.²⁷

É importante entender a lógica do capital para se compreender que o processo de trabalho – que, em princípio, é teleológico e é determinado e dominado pelo ser humano, sofre contínuas alterações, mas não mais para facilitar as satisfações humanas, e sim, para manter a perpétua valorização do capital. Sendo assim, a história do trabalho moderno mostra as contínuas alterações que o processo de trabalho sofreu. E é importante estudá-las, pois um dos fatores que determina o sentido e o significado do trabalho é a forma como ele é organizado. Ele pode significar desde um mero meio de sobrevivência até a razão de vida do ser humano. Ressalta-se que, no entanto, o trabalho (e a condição humana) estará sempre submetida ao capital, enquanto houver a prevalência deste. E diferente dos modos de produção anteriores ao capitalismo, o trabalhador tinha a percepção de que era explorado, tanto como escravo, quanto como servo. No capitalismo essa percepção não existe, porque existe o fetichismo social, que oculta a natureza das coisas. Segundo Giovanni Alves, a sociedade burguesa é a sociedade mais social que existe na história da humanidade. Isto porque o social torna-se natural, cria-se uma segunda natureza, que é fetichizada como se fosse a primeira natureza, mas na verdade, ela representa a natureza do capital e não, humana.²⁸

2.2 MODOS DE ORGANIZAÇÃO E OS SENTIDOS DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

A Revolução Industrial, marcada pela transição das sociedades agrário-manufatureiras para sociedades urbano-industriais, permeia os séculos XIX e XX, em que surge a grande indústria e há o desenvolvimento das máquinas, o trabalho torna-se livre e assalariado, o que permite que a força de trabalho insira-se dentro do mercado como uma mercadoria. Portanto o processo de trabalho inicia-se com um

²⁷ ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Práxis, 2007, p. 15-24.

²⁸ *Idem*.

contrato ou acordo que estabelece as condições de venda e compra da força de trabalho entre o trabalhador e o empregador. No entanto, o empregador ao comprar a força de trabalho não tem como comprar uma qualidade e quantidade determinada, isto porque apesar do potencial humano, ele é limitado pela subjetividade de cada trabalhador.²⁹

Surge assim a necessidade de gerência e controle do trabalhador, porque diferentemente das outras épocas, em que o aprendiz obedecia ao mestre devido aos costumes da época e na unidade familiar o tecelão controlava o trabalho, o qual era marcado por lentidão, irregularidade na produção e falta de qualidade do produto, na grande indústria o trabalhador não tinha o interesse pessoal de que a indústria tivesse êxito, estava lá apenas pelo salário. Portanto, os empregadores e capitalistas tiveram que criar maneiras para que o trabalhador obedecesse as suas vontades, era necessário obter dos empregados obediência e cooperação para ser possível retirar da força de trabalho sua *plena utilidade*. Diante disso, passam a tentar construir uma teoria e prática de gerência, que só foi melhor estudada por economistas clássicos ao estudarem os problemas da organização de trabalho.³⁰

Os modos de organização de trabalho, portanto, foram se desenvolvendo com o tempo. Nas últimas décadas do século XIX, surge o movimento de gerência científica com Frederick Taylor, um engenheiro nascido na Filadélfia, para quem a gerência “só podia ser um empreendimento limitado e frustrado se deixasse ao trabalhador qualquer decisão sobre o trabalho”³¹. Para ele, a gerência era responsável por impor ao trabalhador a exata maneira de como o trabalho deve ser executado. Acreditava que o trabalhador tem uma preguiça natural, que chama de *marca-passo*, mas para Taylor o maior problema era o *marca-passo sistemático*, em que o trabalhador trabalha em um ritmo suficiente que fizesse o empregador acreditar que era rápido ou produtivo o suficiente, ainda que, na verdade, o seu ritmo era marcado por momentos de ócio/descanso. A partir dessas compreensões, Taylor irá formular maneiras para que o controle do trabalho ficasse inteiramente nas mãos da gerência, de modo que ela pudesse controlar cada fase do processo. Seu objetivo era desenvolver técnicas

²⁹ BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987, p. 55-59.

³⁰ *Ibidem*, p. 59-69.

³¹ *Ibidem*, p. 82

que eliminassem o desperdício, reduzissem os custos de produção e aumentassem a produtividade industrial.³²

Diante disso, Taylor elaborou os princípios de administração científica, os quais foram a base da gerência moderna. Dentre os princípios fundamentais estavam: o planejamento exato dos movimentos necessários para executar o trabalho; a dissociação do processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores, ou seja, para o processo de trabalho não mais importava a qualificação e o conhecimento dos trabalhadores, mas sim as políticas gerenciais de planejamento; a separação do trabalho de concepção e execução, o primeiro era de responsabilidade apenas do departamento de planejamento (administração) e o segundo do trabalhador, o qual não tinha liberdade de criar um novo meio de execução de trabalho, tal princípio barateava o trabalhador, tendo em vista que não era mais necessário ter alguma qualificação; a “utilização deste monopólio do conhecimento para controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução”³³, tendo em vista que cada movimento, modo e tempo de execução é planejado pela gerência; e a remuneração conforme a produtividade do trabalhador, em que o trabalhador recebia um salário melhor caso seu trabalho fosse melhor.³⁴

O taylorismo, no início do século XX, consolidou-se em toda a sociedade industrial. O trabalho taylorista fica caracterizado pela intensa divisão do trabalho, em que o trabalhador fica especializado em basicamente um movimento, assim, o trabalho é marcado pela repetição de atos. Além disso, surge uma hierarquia dentro das indústrias, tendo em vista que surgem superiores responsáveis pela fiscalização. A separação do trabalho em concepção e execução faz com que o trabalhador não se identifique mais com a atividade que exerce, pois antes, nas oficinas, ele era responsável pela produção de algo concreto e participava de todo o processo de produção. Com o taylorismo, ele se torna especialista, por exemplo, em apertar parafusos. Os métodos da Administração Científica de Taylor foram adotados por muitas indústrias e a partir disso, foram sendo aperfeiçoados.

³² BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987, p. 82-109.

³³ *Idem*.

³⁴ UNIVERSIDADE DE AVEIRO. **Introdução à gestão**: passado, presente e futuro do taylorismo. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/madalenap/corpo-passado-presente-e-futuro-do-taylorismo-em-pdf1>>. Acesso em: 01/11/2013.

Foi a indústria automobilística a pioneira na organização da produção industrial. A *Ford Motor Company*, fundada por Ford, em 1903, a qual em um primeiro momento era formada por mecânicos altamente qualificados, responsáveis por diversas funções. Com o lançamento do Modelo T, em 1908, os processos de produção começaram a mudar, isto porque a demanda desse carro foi muito grande, logo Ford precisou criar um modo de produção que permitisse a produção em massa. Sua grande inovação foi a implantação da esteira transportadora, a qual aliada aos princípios de Taylor, de ampla divisão do trabalho e simplificação das tarefas de cada trabalhador, permitiu que em menos de 20 anos, a produção de carros em um dia fosse a mesma a que produzida em um ano no início da fabricação do Modelo T.³⁵

A linha de montagem de Ford consistia em vários operários colocados lado a lado em frente a uma esteira rolante, por onde eram transportadas componentes do carro com paradas periódicas, em que cada funcionário realizava operações individuais sucessivas e simples, controladas pela gerência, que permitiu uma intensificação extraordinária de trabalho. Com isso, Ford modificou o modo de pagamento dos seus funcionários, os quais antes recebiam bônus e benefícios para incentivar a produção. No entanto, com a linha de montagem ele reduziu o pagamento, implantando valores fixos, instituiu o dia de trabalho de oito horas por cinco dólares, o que trouxe uma grande insatisfação aos trabalhadores, os quais passaram a abandonar o trabalho na fábrica de Ford e a se organizar em sindicatos. Porém, no intuito de não ficar sem operários, mas ao mesmo tempo conseguir manter seu modelo de organização e vencer a competição com as outras indústrias, tendo em vista que o modelo de organização taylorista e fordista no início do século XX não eram únicos, ainda havia modelos anteriores de organização artesanal, com condições melhores, Ford aumentou absurdamente a remuneração dos trabalhadores e com isso o modelo fordista de produção generalizou-se. O seu sucesso nas vendas e na atração dos trabalhadores aniquila todas as outras formas de organização produtiva, que passam a se submeter ao mesmo modelo de organização das grandes empresas, para terem chances de serem concorrentes no mercado.³⁶

³⁵ BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987, p. 130-131.

³⁶ Cf. *Ibidem*, p. 132-133. E: PERES, Marcos Augusto de Castro. **Do taylorismo/fordismo à acumulação flexível toyotista**: novos paradigmas e velhos dilemas. Disponível em: <<http://docente.ifrn.edu.br/josesantos/disciplinas-2012.2/fundamentos-sociopoliticos-e-economicos-da-educacao-para-licenciatura-em-educacao-fordismo-taylorismo-a-acumulacao-flexivel>>. Acesso em: 01/11/2013, p. 1-3.

É com o modo de produção taylorista/fordista, modelo predominante no sistema produtivo e de processo do trabalho durante praticamente todo século XX, o qual expandiu para as indústrias automobilísticas norte-americanas, depois para quase toda a sociedade industrial nos principais países capitalistas e sua expansão deu-se também em grande parte do setor de serviços, que há afloramento da sociedade de consumo, em que a oferta passa a determinar a demanda.

Tal modelo, portanto, caracteriza-se pela produção em massa, padronização dos produtos, integralização vertical (todo o processo de fabricação de veículos era realizado no interior da indústria, buscava-se o controle total de autopeças), diminuição nos custos de produção, aumento do salário do trabalhador e do ritmo de trabalho, forte hierarquização e fragmentação das atividades.³⁷ Com a consolidação do taylorismo-fordismo, surge assim um novo modo de vida: o *american way of life*, em que a felicidade passa a ser associada com o consumo.³⁸ Durante todo o século XX, esse modelo de vida irá influenciar o mundo todo, evidenciando assim que a acumulação de capital dita o próprio sentido da vida humana.

Braverman³⁹ explica que surgiram vários estudos mais aprofundados acerca do trabalhador, como a Psicologia e a Fisiologia industrial, destinadas a estudarem métodos de seleção, adestramento e motivação dos trabalhadores, considerados por elas como fator de produção. Tiveram um importante papel na habituação do trabalhador a esse novo modelo de produção, porém não foram suficientes o bastante para acabarem com a insatisfação dos trabalhadores no trabalho:

A aclimação aparente do trabalhador aos novos modos de produção surge da destruição de todos os modos de vida, a contundência das barganhas salariais que permitem certa maleabilidade dos costumeiros níveis de subsistência da classe trabalhadora, o emaranhado da rede da vida capitalista moderna que torna finalmente todos os outros meios de vida impossíveis. Mas por baixo dessa aparente habituação continua a hostilidade dos trabalhadores às formas degeneradas de trabalho a que são obrigados, como uma corrente subterrânea que abre caminho para a superfície quando as condições de emprego permitem, ou quando a tendência capitalista a maior intensidade de trabalho ultrapassa os limites da capacidade física e mental. Renova-se em gerações sucessivas, exprime-se no incontinente sarcasmo e repulsa que grandes massas de trabalhadores sentem por seu

³⁷ ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 38-39.

³⁸ MERLO, Álvaro Roberto Crespo; LAPIS, Naira Lima. A saúde e os processos de trabalho no capitalismo: reflexões na interface da psicodinâmica do trabalho e da sociologia do trabalho. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, jan/abr. 2007, p. 64.

³⁹ BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987, p. 124-134.

trabalho, e vem à tona repetidamente como um problema social exigente de solução.⁴⁰

No entanto, foi apenas no período pós-guerra que o fordismo se consolidou em todo o mundo. No período entre guerras, tal consolidação ainda não havia acontecido de fato porque predominavam outras formas de organização do trabalho e uma forma liberal de intervenção estatal. Segundo Harvey, apenas depois de 1945 é que o fordismo chegou a um regime de acumulação maduro, completo e com base sólida o suficiente para se manter intacto até 1973. No pós-guerra, o desenvolvimento das tecnologias e a contínua racionalização dos processos industriais permitiram um grande crescimento econômico nos Estados Unidos. No restante do planeta, para os países que tentavam se restabelecer economicamente depois da Segunda Guerra Mundial, o fordismo aliado ao keynesianismo foi a solução para que pudessem competir no mercado mundial. Assim, a base para a expansão de poder era formada pelo trabalho organizado, o grande capital corporativo e nação-Estado. O processo culminou no surgimento de grandes monopólios, na globalização do capital (e consequentemente na globalização do consumo), no fortalecimento de sindicatos burocratizados, e em grandes políticas sociais cuja referência eram os princípios do Estado de bem-estar social.⁴¹

Contudo, os benefícios do fordismo (salários melhores, acesso ao consumo de massa, garantia de emprego) não atingiram todos os tipos de trabalhadores, gerando um mercado de trabalho paralelo, constituído por uma massa de trabalhadores marginalizados pela sociedade devido à raça, gênero, e etnia. Surgiram assim vários movimentos de insatisfação por esses grupos excluídos, o que exigiu do Estado medidas sociais para controlar isso, tais como salários sociais, políticas de redistribuição de renda e ações que resolvesse a desigualdade, a pobreza e a exclusão de minorias. Surgiram também críticas à racionalidade burocrática, marcada pela despersonalização e por baixa qualidade nos serviços. Além disso, a insatisfação atinge também o Terceiro Mundo, que sofria a destruição das culturas locais, opressão e uma grande intervenção política do capitalismo em todas as áreas da vida, marcada por oferecer um precário padrão de vida. Assim, na década de 1960 começaram a

⁴⁰ BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987, p. 133-134.

⁴¹ HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 16. Ed. São Paulo: Loyola, 2007, p. 121-132.

surgir vários movimentos político-cultural, porém não chegaram a atingir a essência do fordismo, o qual se manteve firme até 1973.⁴²

O período de 1965 à 1973 foi marcado pelo surgimento de países recém industrializados (na Europa Ocidental e Japão) que desafiaram a hegemonia dos Estados Unidos e pela evidencia de que o fordismo e keynesianismo eram incapazes de contornar as contradições do capitalismo. Segundo Harvey, a principal dificuldade desse modelo de economia foi a rigidez, que permeou os investimentos de capital fixo a longo prazo, o mercado de trabalho e os compromissos estatais com programas de assistência. A ausência de flexibilidade nesses setores, deslocou para a política monetária o papel de manter a economia estável, gerando uma onda inflacionária, que irá desembocar numa grande recessão a partir de 1973, exigindo uma reestruturação econômica e mudança política e social.⁴³

Segundo Antunes⁴⁴, os principais sintomas que evidenciam a crise estrutural do capital, iniciado na década de 1970, foram: queda da taxa de lucro, devido ao alto custo da força de trabalho, marcada por um forte sindicalismo; a insuficiência do modelo fordista/taylorista para dar resposta à retração do consumo, decorrente do desemprego estrutural que se acentuava; o aumento da esfera financeira em detrimento da esfera produtiva e a consolidação do capital financeiro como espaço prioritário para a especulação; maior concentração de capital devido às fusões ocorridas entre empresas monopolistas e oligopolistas; a crise do Estado do bem-estar social, que não conseguiu suportar seus compromissos, gerando uma crise de legitimidade e fiscal, forçando uma retração dos gastos públicos e a sua transferência para a iniciativa privada; aumento das privatizações, “tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, entre tantos outros elementos contingentes”⁴⁵.

Em resposta à sua própria crise, o capital passa por um processo de reestruturação e reorganização, com o avanço de políticas neoliberais, marcadas pela “privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal”⁴⁶, as quais tiveram representação máxima

⁴² HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 16. Ed. São Paulo: Loyola, 2007, p. 132-134.

⁴³ *Ibidem*, p. 135-140.

⁴⁴ ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 31-32.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 32.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 33.

com os governos de Thatcher e Reagan. No intuito de resgatar a expansão do capital, há uma reestruturação da produção e do trabalho, emergindo assim um novo modo de acumulação, chamado de acumulação flexível, o qual, segundo Harvey, “se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”.⁴⁷

O processo de reestruturação produtiva é sintetizado no modelo de produção denominado toyotismo ou modelo japonês, o qual diante da crise instaurado destacou-se das novas formas de organização e se expande no mundo ocidental pela década de 1980. Suas principais características, e diferenças com o fordismo, são: sua produção está mais vinculada à demanda, tornando a produção mais individualizada e, conseqüentemente, mais heterogênea e variada; o trabalho passa a ser em equipe, com múltiplas variedades de funções, diferentemente do trabalho individualizado e simplificado do fordismo; devido ao avanço tecnológico, há um processo de produção flexível, em que o operário pode manipular várias máquinas ao mesmo tempo; em contraposição ao princípio do *just-in-case* do fordismo, no toyotismo a máxima passa a ser *just-in-time*, permitindo um melhor aproveitamento possível do tempo de produção, em que a demanda dita a oferta; segue a lógica do sistema de *kanban*, o qual se caracteriza por uma forma de controle de reposição de peças e de estoque através de placas ou registros, prima-se pelo mínimo estoque; apresenta uma estrutura empresarial horizontalizada, em que apenas o essencial é produzido dentro da empresa, tornando-se assim altamente especializada e deixando o resto para empresas terceiras, contrapondo-se à verticalização do fordismo, sendo que todas as fornecedoras/terceirizadas/subcontratadas serão igualmente estruturadas nos moldes do toyotismo; surgem os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), caracterizados pela formação de grupos de trabalhadores para a discussão acerca do seus trabalhos e desempenho e em formas de melhorar a qualidade/produtividade de suas organizações, valorizando assim o aspecto intelectual do trabalhador; implanta-se o “emprego vitalício” para uma parcela dos trabalhadores, garantindo estabilidade para alguns.⁴⁸

O toyotismo articula uma continuidade e descontinuidade com o taylorismo/fordismo, pois mantém a lógica de racionalização das técnicas de gestão

⁴⁷ HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 16. Ed. São Paulo: Loyola, 2007, p. 140.

⁴⁸ ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 56-57.

do trabalho, preocupadas em controlar o aspecto subjetivo (humano) do processo de produção capitalista. No entanto, com a mundialização do capital, em que este procura sua autovalorização sem passar pelo processo de produção de mercadorias, busca adequar uma nova operação de captura da subjetividade do trabalhador, que terá um elemento essencial: o consentimento do operário, não conquistado pelo taylorismo/fordismo.⁴⁹ Surge assim, o trabalhador “mais qualificado, participativo, multifuncional, polivalente, dotado de “maior realização no espaço do trabalho””⁵⁰. No entanto, não se trata de uma valorização do trabalhador, mas sim de permitir a ocorrência da subsunção real da subjetividade do trabalhador ao capital. Enquanto no fordismo essa subsunção era formal, já que apenas aniquilava a possibilidade de interações subjetivas do trabalhador no processo do trabalho. Conforme salienta Alves, não se busca uma racionalização da sociedade, mas apenas da produção, ou melhor, da relação intra-empresas e verifica-se que a captura da subjetividade, da intelectualidade e do conhecimento do trabalhador contribuem para isso⁵¹. No aspecto ideológico, o capital também se reorganiza, havendo uma supervalorização do subjetivismo e da individualidade⁵², o que irá colaborar para que a insatisfação no trabalho, mesmo que generalizada, não seja compartilhada, diminuindo assim as revoltas populares.

Muitos economistas, vão tratar desse período de acumulação flexível como a economia do conhecimento, em que “informação e conhecimento substituem o capital físico e financeiro, tornando-se uma das maiores vantagens competitivas nos negócios”⁵³. Surge a noção de capital humano, ou seja, pessoas capacitadas e educadas como força dominante da economia, tendo em vista a substituição da força física do ser humano por máquinas e tecnologia. Nesse sentido, o investimento a ser feito deve ser na educação, responsável pela formação do capital humano.⁵⁴ E assim se institui mais um mecanismo para legitimação desse sistema. Segundo Alves, o toyotismo apresenta

⁴⁹ ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000, p. 32-38

⁵⁰ ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 50.

⁵¹ ALVES, Giovanni. *Op. cit.*, p. 39-64.

⁵² ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. *Op. cit.*, p. 50.

⁵³ CRAWFORD, Richard. **Na era do capital humano**: o talento, a inteligência e o conhecimento como forças econômicas. Seu impacto nas empresas e nas decisões de investimento. São Paulo: Atlas, 1994, p. 15.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 34-41.

(...) uma densidade manipulatória maior do que em outros períodos do capitalismo monopolista. Não apenas o “fazer” e o “saber” operário que são capturados pela lógica do capital, mas a sua disposição intelectual-afetiva que é constituída para cooperar com a lógica da valorização. O operário é encorajado a pensar “pró-ativamente”, a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam.⁵⁵

Surge assim, um modelo de produção que, disfarçado de cooperação, coloca o trabalhador contemporâneo numa situação de muito mais pressão, tendo em vista o princípio do *just-in-time* e do sistema do *kanban*; mais responsabilidade, já que ele passa a se sentir responsável pela produtividade da empresa; e mais exigência intelectual, que terá grandes implicações na sua saúde física e mental. Além disso, a ideia de capital humano pressupõe um autoinvestimento em si próprio, o que fará com que o trabalhador no seu tempo de não trabalho invista na sua educação para ser um profissional mais qualificado.

Paralelamente ao emprego altamente qualificado, há um mercado de trabalho extremamente precarizado devido à desverticalização produtiva, em que as empresas descentralizam cada vez mais suas funções. Sendo assim, surge o trabalho parcial, temporário, subcontratado, terceirizado e informal, além de formas mais intensas de exploração, como a expansão do trabalho infantil e escravo nos países emergentes. Abre-se as portas para flexibilização e desregulamentação do trabalho. Ademais, com o avanço tecnológico, muitas profissões desaparecem, sendo substituídas por equipamentos tecnológicos, gerando assim o desemprego estrutural na sociedade, que será a força motriz desse novo modelo de produção.

⁵⁵ ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000, p. 54.

3 SAÚDE DO TRABALHADOR: CAMPOS DE ATUAÇÃO E SAÚDE MENTAL

No presente capítulo iremos abordar os diferentes campos da saúde que se propuseram a estudar a relação entre trabalho e saúde e a criar mecanismos de atuação dentro do âmbito do trabalho. Conforme veremos, com o surgimento da sociedade capitalista, surge também, pela primeira vez, a ideia de trabalhador. Na área da saúde e trabalho, no decorrer da história surgem três grandes campos de atuação: a Medicina do Trabalho, a Saúde Ocupacional e, por fim, a Saúde do Trabalhador. No segundo ponto, trataremos do campo responsável pelo estudo da saúde mental e trabalho e suas diferentes abordagens.

3.1 HISTÓRICO: DA MEDICINA DO TRABALHO À SAÚDE DO TRABALHADOR

A preocupação com a saúde do trabalhador surge após o início da sociedade capitalista, nos séculos XVIII e XIX, tendo em vista que é a partir desse momento que se consolida a ideia de trabalhador subordinado, oneroso e habitual. Pode-se dizer que seus estudos começaram com a Medicina do Trabalho, especialidade médica que surgiu em meados da primeira metade do século XIX, com a Revolução Industrial, depois avançou para o modelo da Saúde Ocupacional, o qual foi substituído pelo campo da Saúde do Trabalhador, que atualmente está ainda em processo de construção.⁵⁶

Na Antiguidade, o processo saúde-doença⁵⁷ associado com o trabalho era quase irrelevante, tendo em vista que a maior parte do trabalho era exercido por escravos, sendo que estes não eram considerados cidadãos/humanos. Porém, há alguns documentos antigos que fazem menção às condições de trabalho,

⁵⁶ MENDES, René; DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 341-349, out. 1991.

⁵⁷ O processo saúde-doença deve ser compreendido como as determinantes causais que envolvem a saúde e a doença de uma certa população. Segundo Laurell, deve ser compreendido por “determinações múltiplas, biológicas e sociais específicas”, mas antes de tudo deve ser compreendido como um processo social. (LAURELL, Asa Cristina. A saúde-doença como processo social. Tradução de: NUNES, Everardo Duarte. 1982. Tradução de: La salud-enfermedad como proceso social. Revista Latinoamericana de Salud, México, 2, 1982.)

principalmente de trabalhadores mineiros. Já na Idade Média, os poucos relatos que há em relação a saúde e o trabalho concentram-se também na atividade extrativa mineral⁵⁸, pois o corpo nessa sociedade era a fonte do pecado e, portanto, somente aqueles que não exerciam atividade manual é que eram *puros, livres de pecado*. Com a propagação do pensamento cristão, porém, o trabalho será considerado como fonte de salvação, ato moral de dignidade e honra.

Entre os séculos XV e XVII, surgem importantes estudos que tratam das doenças dos trabalhadores, mais relacionados aos métodos de trabalho e às substâncias químicas a que os trabalhadores estavam expostos. Mas é com a Revolução Industrial na Europa que os estudos sobre esse tema irão se intensificar, já que as condições de trabalho nesse período terão um impacto muito grande sobre a saúde da população em geral.⁵⁹

As precárias condições de trabalho dessa época, marcadas por longas jornadas de trabalho, alta periculosidade e trabalho infantil, começam a se modificar devido às intensas movimentações sociais. Surgem algumas regulamentações que visam melhorias nas condições e ambiente de trabalho, no entanto, são mínimas, sem acabar com a precariedade da condição de vida do trabalhador.⁶⁰

Com o *Factory Act* de 1833, a área da Medicina do Trabalho passa a ser melhor desenvolvida, já que começa haver uma preocupação maior com o controle da saúde dos trabalhadores. Diante disso, as empresas começam a contratar médicos para trabalhar no interior das fábricas. No entanto, este serviço médico era prestado em interesse ao empregador. O papel do médico era de prevenir os danos à saúde do trabalhador resultantes dos riscos do trabalho, sendo que a responsabilidade pela ocorrência de problemas de saúde do trabalhador era do médico.⁶¹

Conforme explica René Mendes, a Medicina do Trabalho sofria a influência do pensamento mecanicista da medicina científica⁶², além de se pautar pela teoria da unicausalidade⁶³. Sua preocupação não era de fato com a saúde do trabalhador, seu

⁵⁸ MENDES, René. Aspectos históricos da patologia do trabalho. In: MENDES, René (Org.). **Patologia do Trabalho**. Rio de Janeiro: Atheneu, 1995, Cap. 1, p. 5.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 7.

⁶⁰ *Idem*.

⁶¹ MENDES, René; DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 25, n. 5, out. 1991, p. 342.

⁶² *Ibidem*, p. 343.

⁶³ Conforme explica Minayo-Gomez e Thedim-Costa: "Assim, a Medicina do Trabalho, centrada na figura do médico, orienta-se pela teoria da unicausalidade, ou seja, para cada doença, um agente etiológico. Transplantada para o âmbito do trabalho, vai refletir-se na propensão a isolar riscos específicos e, dessa forma, atuar sobre suas conseqüências, medicalizando em função de sintomas e

foco era manter a produtividade, portanto tem como objetivo colaborar para a adaptação do trabalhador ao seu trabalho e a manutenção da sua saúde. Ou seja, o papel do médico era de garantir que a saúde do trabalhador não fosse um problema para a produtividade da indústria, de modo que este se adequasse às condições de trabalho. Inclusive tinham o papel de seleção dos candidatos, em que escolhiam os mais aptos à determinada tarefa.

Na metade do século XX, tais propósitos da Medicina do Trabalho são propagados através de recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), período em que no ramo de estudos da Patologia do Trabalho havia ocorrido um deslocamento da Medicina Social para a Medicina Legal e a vertente da “Higiene”, em que se perdeu a preocupação das doenças dos trabalhadores como um problema decorrente do processo do trabalho e surge a noção de doenças profissionais, em que a preocupação passa a ser causas específicas, como agentes químicos, físicos ou biológicos, intensificando assim a mecanicidade da Medicina do Trabalho.⁶⁴

Desse modo, os enfoques da Patologia do Trabalho passam a ser os nexos causais entre a doença do trabalhador e a sua ocupação (Medicina Legal) e a prevenção de tais causas (Higiene), o que irá se refletir na OIT também, a qual passa a elaborar listas das doenças profissionais existentes.

O período da 2ª Guerra Mundial e do pós-guerra, mostrou que a Medicina do Trabalho não era suficiente para solucionar os problemas de saúde causados no âmbito do trabalho. Nesse período, o alto índice de acidentes de trabalho e de doenças do trabalho passa a incomodar não só os trabalhadores, mas também os empregadores e as seguradoras, tendo em vista a perda de mão-de-obra e as inúmeras indenizações a serem pagas aos trabalhadores incapacitados.⁶⁵

Diante desse cenário de insatisfação com a Medicina do Trabalho, buscaram-se novas formas de atuação que reformulem as suas incongruências, surgindo assim o campo da Saúde Ocupacional, que se trata apenas de uma evolução da Medicina do Trabalho, não se rompe com a noção mecanicista e positivista da medicina, apenas se amplia a atuação médica, a qual passa a intervir também no ambiente de trabalho,

sinais ou, quando muito, associando-os a uma doença legalmente reconhecida.” (MINAYO-GOMEZ, Carlos; THEDIM-COSTA, Sonia Maria da Fonseca. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, 1997, p. 23).

⁶⁴ MENDES, René. Aspectos históricos da patologia do trabalho. In: MENDES, René (Org.). **Patologia do Trabalho**. Rio de Janeiro: Atheneu, 1995, p. 10.

⁶⁵ MENDES, René; DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 25, n. 5, out. 1991, p. 343.

além de que se adota a teoria da multicausalidade⁶⁶. Busca através da atuação multiprofissional intervir nos locais de trabalho, com o objetivo de reduzir e controlar os riscos do ambiente, além de ter foco na higiene industrial. Sua preocupação é, além da medicina do trabalho, a segurança e higiene do ambiente laboral.

A atuação estatal começa a se ampliar com a inserção do modelo da Saúde Ocupacional, a qual sofre influência dos estudos das escolas de saúde pública dos Estados Unidos, onde a preocupação com a higiene do ambiente do trabalho faz com que se diminua o “enfoque médico e epidemiológico da relação trabalho-saúde”⁶⁷. No Brasil, ainda que desenvolvida tardiamente, a Saúde Ocupacional expressa-se principalmente pela criação da Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO), através da Lei 5.161/1966.

O fracasso da Saúde Ocupacional, desenvolvida para o interesse do trabalho e da produção, deu-se por não conseguir alcançar os seus objetivos, como não ter uma interdisciplinaridade de fato, não conseguir acompanhar o ritmo de transformação dos processos de trabalho, além de não ser eficiente para garantir a saúde no trabalho, restringindo-se apenas a ações pontuais acerca dos riscos mais evidentes. Além disso, seu enfoque foi mais em relação a utilização de equipamentos individuais, do que uma preocupação acerca da proteção coletiva dos trabalhadores, sendo que muitas vezes as “formas seguras” de trabalho eram apenas simbólicas. Essa perspectiva fez com que houvesse uma culpabilização sobre os trabalhadores pelas doenças e acidentes sofridos, no sentido que eram eles que não utilizavam ou utilizavam de modo errado os equipamentos de segurança.⁶⁸

Contudo, a insuficiência desse modelo é fruto também de um amadurecimento social em relação ao trabalho, que ocorreu principalmente ao final da década de 1960, em que a noção de trabalho como dignificante da vida é colocada em questão. Diante disso, a pressão dos movimentos sociais e dos trabalhadores resultou em várias

⁶⁶ Conforme Manayo-Gomez e Thedim-Costa, “A Saúde Ocupacional avança numa proposta interdisciplinar, com base na Higiene Industrial, relacionando ambiente de trabalho-corpo do trabalhador. Incorpora a teoria da multicausalidade, na qual um conjunto de fatores de risco é considerado na produção da doença, avaliada através da clínica médica e de indicadores ambientais e biológicos de exposição e efeito.” (MINAYO-GOMEZ, Carlos; THEDIM-COSTA, Sonia Maria da Fonseca. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, 1997, p. 23).

⁶⁷ MENDES, René; DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 341-349, out. 1991, p. 344.

⁶⁸ MINAYO-GOMEZ, Carlos; THEDIM-COSTA, Sonia Maria da Fonseca. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, 1997, p. 23.

mudanças legislativas em favor do trabalhador. Um dos exemplos mais marcantes é o Estatuto dos Trabalhadores da Itália, de 1970, que abarca várias demandas da classe trabalhadora. Dentre as relacionadas com a saúde está a não monetização do risco e o melhoramento das condições e do ambiente de trabalho.⁶⁹

Portanto, inicia-se um período de reconhecimento dos direitos fundamentais dos trabalhadores. Em contrapartida, a partir da década de 1970, ocorrem várias mudanças nos processos de trabalho, como o aumento do setor terciário (serviços) nos países desenvolvidos e a diminuição do setor secundário (indústria). Devido a esse movimento, este último é transferido aos países do Terceiro Mundo. Além disso, há o desenvolvimento de novas tecnologias, que aumentam a automação e a informatização no mundo do trabalho. Com isso, os donos do capital diminuem sua dependência dos trabalhadores e aumentam o controle sobre eles.⁷⁰

No campo da saúde surgem críticas ao modelo positivista da medicina e à teoria da multicausalidade do processo saúde-doença, o que irá ter efeito sobre o modelo da Saúde Ocupacional, pois os trabalhadores passam a desconfiar dos procedimentos técnicos e éticos dos profissionais da saúde ocupacional e também dos exames médicos pré-admissionais e periódicos e conceitos como “limites de tolerância” e “exposição segura” são abalados.⁷¹

Além disso, as mudanças ocorridas nos processos de trabalho modificam o aspecto epidemiológico do trabalho, deixa-se de reduzir a relação saúde-trabalho às *doenças profissionais* e amplia-se para a ideia de *doenças relacionadas com o trabalho*. Com isso, a saúde ocupacional passa a ter um papel de promoção da saúde, tendo em vista que as doenças que mais afetam os trabalhadores passam a ser doenças “comuns”⁷², como doenças cardiovasculares.

Porém, não se pode desconsiderar que as condições de trabalho em muitos estabelecimentos se mantêm com os mesmo problemas clássicos, principalmente no trabalho informal ou em pequenas e médias empresas. Ainda que os estudos acerca da saúde do trabalhador venham sofrendo muitos avanços, a relação saúde-trabalho,

⁶⁹ MENDES, René; DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 25, n. 5, out. 1991, p. 344-345.

⁷⁰ *Idem.*

⁷¹ *Ibidem*, p. 346.

⁷² *Idem*. Aspectos históricos da patologia do trabalho. In: MENDES, René (Org.). **Patologia do Trabalho**. Rio de Janeiro: Atheneu, 1995, p. 22-25.

na prática, ainda sofre muito a intervenção da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional. Na opinião de teóricos da área:

Tal fato coloca em questão a já identificada distância entre a produção do conhecimento e sua aplicação, sobretudo num campo potencialmente ameaçador, onde a busca de soluções quase sempre se confronta com interesses econômicos arraigados e imediatistas, que não contemplam os investimentos indispensáveis à garantia da dignidade e da vida no trabalho.⁷³

Na década de 1960 e 1970, em que surge um questionamento geral acerca da organização capitalista do trabalho e há um intenso movimento social, começa a se instituir o campo da Saúde do Trabalhador, em que o foco é o trabalhador. Tem como característica básica compreender o processo saúde-trabalho como um processo social e não apenas como um processo de nexos causal entre a doença e um agente específico ou fatores de risco existentes no ambiente de trabalho, em que há uma desconsideração da subjetividade do trabalhador, como é adotado pelos outros modelos.

O campo da Saúde do Trabalhador é “um corpo de práticas teóricas interdisciplinares – técnicas, sociais, humanas – e interinstitucionais”⁷⁴, que surge através do acúmulo dos estudos dentro da Saúde Coletiva, tendo como influência o Modelo Operário Italiano (MOI)⁷⁵ e como seu principal aporte teórico a Medicina Social Latino-Americana, a qual defende que o processo saúde-doença antes de ser entendido como um processo biopsíquico deve ser entendido como um processo social, recorrendo ao método do materialismo histórico-dialético. Enquanto o trabalho vai ser entendido como “a ação do homem sobre a natureza para modificá-la e transformá-la e a si mesmo não sendo, portanto, externa ao homem”⁷⁶, nesse sentido, o trabalho é compreendido como central na vida humana, logo a relação saúde-trabalho deve ser analisada como algo muito mais complexo do que um mero processo biológico interno ou um desequilíbrio entre o ambiente e o trabalhador.

⁷³ MINAYO-GOMEZ, Carlos; THEDIM-COSTA, Sonia Maria da Fonseca. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, 1997, p. 23.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 25.

⁷⁵ Formulado por um grupo de operários e profissionais da Itália, no final dos anos 1960.

⁷⁶ LACAZ, Francisco Antonio de Castro. O campo saúde do trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, abr. 2007, p. 759.

Esse novo modelo de pensar entende a classe trabalhadora como sujeito político e social com capacidade de mudar a realidade do trabalho. Diante disso, o trabalhador é visto como sujeito ativo na sua própria saúde, deixa de ser o objeto e paciente dos estudos acerca do processo saúde-trabalho e passa a participar do estudo e controle das nocividades do trabalho.

O campo da Saúde do Trabalhador ainda tem muitos desafios à frente, isto porque se coloca como um campo que visa analisar a realidade em sua totalidade, tanto no aspecto social, quanto histórico e econômico, com uma abordagem multidisciplinar. Segundo Minayo-Gomez e Thedim-Costa, a tarefa inicial seria encontrar as possíveis soluções para os confrontos existentes devido a questões econômicas, conjunturais e teóricas que impedem ou dificultam mudanças no modo como o trabalho é organizado. E como foco, a perspectiva deve ser superar a ideia securitária que envolve o processo saúde-trabalho, centrada apenas na concessão de benefícios aos trabalhadores acidentados ou doentes⁷⁷. Além disso:

A Saúde do Trabalhador, enquanto questão vinculada às políticas mais gerais, de caráter econômico e social, implica desafios das mais diversas ordens. Desde os colocados a partir do cenário macroeconômico que impõe diretrizes e prioridades do mercado, aos que se relacionam mais diretamente ao setor saúde. Nesse universo multifacetado, estão presentes as resultantes das políticas atuais de emprego, salário, habitação, transporte, educação, entre outras, que refletem o descompromisso do Estado com os segmentos da população marginalizada dos bolsões de riqueza e suas cercanias.⁷⁸

Sendo assim, é preciso tirar o foco apenas do trabalho e das condições de trabalho em si, tendo em vista que este envolve questões econômicas, sociais e políticas, que são determinantes para compreendê-lo. A saúde do trabalhador, portanto, não se resume à melhorias das condições de trabalho, devendo ser ampliada para a preocupação da vida do trabalhador em seu aspecto total.

3.2 SAÚDE MENTAL E TRABALHO

⁷⁷ MINAYO-GOMEZ, Carlos; THEDIM-COSTA, Sonia Maria da Fonseca. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, 1997, p. 26.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 31.

Os estudos acerca da relação entre saúde mental e trabalho, têm sido mais abordados com o desenvolvimento do campo Saúde do Trabalhador. A psicologia, área responsável pelo estudo dos processos mentais do ser humano, no seu aspecto geral possui diversas linhas teóricas, divergentes entre si, tendo em vista que estudar o aspecto psicológico do ser humano não é uma tarefa fácil e se tem dificuldade para alcançar um consenso.

Diante dessa situação, é possível compreender a dificuldade que há em se estudar a relação entre a saúde mental e o trabalho. Segundo a psicóloga Maria da Graça Côrrea Jacques, o trabalho, dentro da história da Psicologia, teve sempre uma posição secundária. A necessidade de criar um vínculo entre o trabalho e o adoecimento psíquico ganhou mais destaques no final do século XX e início do século XXI, quando os transtornos mentais passaram a acometer grande parte da população trabalhadora, principalmente com o processo de reestruturação produtiva⁷⁹, explicado no primeiro capítulo.

Segundo estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS), os transtornos mentais menores atingem aproximadamente 30% dos trabalhadores ocupados, enquanto os transtornos mentais graves atingem de 5 a 10%. De acordo com estatísticas do INSS, no Brasil os transtornos mentais estão como a terceira causa de concessão de benefícios previdenciários.⁸⁰ Em um levantamento realizado pela Universidade de Brasília, 48,8% dos trabalhadores que se afastam por mais de 15 dias do trabalho sofrem alguma espécie de transtorno mental, em que 46% correspondem a quadros depressivos e 17% a estresse.⁸¹

De acordo com Jacques, a aproximação da psicologia com princípios naturalistas e evolucionistas no século XIX dificultou a sua aproximação com teorias que explicam a natureza humana a partir do aspecto social. Enquanto isso, a saúde/doença mental era resumida na loucura, comportamento condenável, o que resultou no surgimento do hospício “como um espaço exclusivo e diferenciado de

⁷⁹ JACQUES, Maria da Graça. O nexos causal em saúde/doença mental no trabalho: uma demanda para a psicologia. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, ed. especial, 2007, p. 112

⁸⁰ *Idem*.

⁸¹ TEIXEIRA, Sueli. A depressão no meio ambiente do trabalho e sua caracterização como doença do trabalho. **Revista Trib. Reg. Trab. 3ª Reg.**, Belo Horizonte, v. 46, n. 76, p. 27-44, jul/dez. 2007, p. 30-31.

confinamento em relação aos demais desajustados sociais”.⁸² Contudo, na União Soviética neste mesmo período surgia a psicologia histórico-cultural, a qual trata a psique como um aspecto social. Esta linha de pensamento, porém, não teve espaço no ocidente, devido ao embate entre o socialismo e o capitalismo vivido na época pós Revolução de Outubro.

A consolidação da psicanálise no campo da psicologia clínica também foi fator importante para afastar a psicologia dos estudos acerca das relações de trabalho, tendo em vista que o aspecto clínico é insuficiente para estudar essas relações.⁸³ Segundo Dejours, a posição de destaque da psicanálise dentro da psicologia contribuiu para o pouco desenvolvimento da psicopatologia do trabalho, pois é centrada nas relações humanas, as quais, segundo o autor, são conduzidas por aspectos subjetivos e não objetivos.⁸⁴

Foi o surgimento do modelo taylorista-fordista de trabalho que permitiu uma maior aproximação entre a psicologia e o mundo do trabalho. Tal fato consolidou-se com a publicação do livro de Hugo Münsterberg, em que estuda a produtividade em função do esforço do trabalhador. Diante disso, a psicologia no âmbito do trabalho desenvolve-se para aplicar métodos e técnicas de seleção de pessoal, treinamento e avaliação de desempenho, surgindo a partir daí o Movimento das Relações Humanas e a psicologia organizacional.⁸⁵

Verifica-se que até a metade do século XX, a psicologia era utilizada como método de gestão de pessoal pelas teorias da administração, preocupadas apenas com a adaptação do trabalhador ao modelo de organização de trabalho, de modo a beneficiar a produtividade, sem haver uma preocupação com a sua saúde mental. Enquanto os problemas de ordem psicológica eram (e ainda são) muito relacionados a questões pessoais do indivíduo, relacionadas à sua subjetividade, ao seu “interior”.

Um marco bastante importante para o estudo da saúde/doença mental no âmbito do trabalho foi o artigo “A neurose das telefonistas”, escrito por Le Guillant, em 1956. É nessa década também que surge a expressão psicopatologia do trabalho. E

⁸² JACQUES, Maria da Graça. O nexo causal em saúde/doença mental no trabalho: uma demanda para a psicologia. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, ed. especial, p. 112-119, 2007, p. 113

⁸³ *Ibidem*, p. 114

⁸⁴ DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo da psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992, p. 12

⁸⁵ JACQUES, Maria da Graça. *Op. cit*, p. 114.

através do movimento da psiquiatria francesa, desenvolve-se a Ergoterapia, mais conhecida hoje como Terapia Ocupacional.

No entanto, ainda hoje, a psicologia aplicada nos espaços de trabalho resume-se ao setor de Recursos Humanos das empresas, sendo que a psicologia clínica mantém o trabalho em segundo plano. Contudo, no plano teórico, tem sido recorrente estudos acerca do trabalho dentro do campo da psicologia social, campo que se dedica ao estudo da

[...] relação essencial entre o indivíduo e a sociedade, esta entendida historicamente, desde como seus membros se organizam para garantir sua sobrevivência até seus costumes, valores e instituições necessários para a continuidade da sociedade.⁸⁶

De acordo com Jacques, dentro da psicologia social, o trabalho tem sido objeto de estudo sob diferentes abordagens teóricas e metodológicas. Dentre estas, podemos identificar quatro amplas abordagens que adotam como estudo a relação entre o trabalho e o processo saúde/doença mental: as teorias sobre estresse, a psicodinâmica do trabalho, as teorias com base epistemológica e/ou diagnóstica e os estudos e pesquisa em subjetividade e trabalho.

O presente trabalho não tem como propósito esgotar o tema acerca dos diferentes marcos teóricos existentes sobre o tema saúde mental e trabalho dentro da psicologia, mas sim apresentar elementos para o estudo desse tema dentro do Direito do Trabalho, tendo em vista a necessidade intrínseca da interdisciplinaridade entre Direito e Psicologia, áreas de conhecimento diferentes entre si, mas que se construídas em conjunto podem potencializar a qualidade de aplicação uma da outra na realidade social. Diante disso, avalia-se importante incluir o estudo apresentado por Jacques para se conhecer as diferentes abordagens adotadas na psicologia de compreensão do processo de adoecimento psíquico do trabalhador. Ressalta-se que no âmbito jurídico a teoria *dejouriana* é a mais adotada, pra não dizer a única, dentre a escassa bibliografia sobre o tema.

3.2.1 Estresse

⁸⁶ LANE, Silvia T. Maurer. O que é psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 9.

A primeira abordagem que Jacques apresenta é relacionada as teorias sobre estresse. Talvez dentre todas as abordagens esta seja a mais popular, basta pensar que é comum as pessoas atrelarem o estresse cotidiano ao trabalho, o que permite um rompimento com a ideia que apenas fatores hereditários e problemas familiares poderiam desencadear o adoecimento mental. No entanto, o termo é utilizado para inúmeras situações, podendo caracterizar desde um “estado de irritabilidade como um quadro de depressão grave”.⁸⁷

Primeiramente, a expressão “estresse” foi utilizada por um fisiologista⁸⁸ para designar o aspecto biológico da Síndrome Geral de Adaptação do indivíduo. Já o estresse psicológico foi definido “como uma relação entre a pessoa e o ambiente que é avaliado como prejudicial ao seu bem-estar”.⁸⁹ De acordo com Dantzer, quando o sujeito está numa situação em que precisa lidar com vários agentes estressores, ele cria estratégias de adaptação a essas circunstâncias adversas ou estressantes. Tais estratégias são conceituadas como *coping*.⁹⁰ A base teórica dessas teorias sobre estresse é a cognitivo-comportamental⁹¹, que se orienta pela prevenção, diagnóstico e intervenção.

Nesse sentido, o estresse não é entendido como uma doença por essas teorias, mas sim como uma tentativa de adaptação, não estando restrito ao trabalho, mas ao cotidiano do indivíduo. As atividades preventivas e de intervenção dessas teorias são voltadas para o autocontrole do sujeito através de mudanças cognitivas e comportamentais, além de exercícios físicos e relaxamento, os quais são praticados principalmente através de programas de qualidade de vida no trabalho, em que o enfoque é o gerenciamento dos trabalhadores e não as condições e a organização do trabalho.

Portanto, as teorias sobre estresse colocam o trabalho como fator desencadeante do processo de saúde/doença mental. Ainda que sejam teorias com uma certa dificuldade semântica e metodológica, contribuíram para o estudo do adoecimento psíquico em decorrência do trabalho, desenvolvendo pesquisas acerca

⁸⁷ JACQUES, Maria da Graça Corrêa. Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental & trabalho. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, jan/jun. 2003, p. 101.

⁸⁸ Pelo austríaco Hans Selye, em 1936. (*Idem*)

⁸⁹ *Idem*.

⁹⁰ FILGUEIRAS, Julio Cesar; HIPPERT, Maria Isabel. Estresse: possibilidades e limites. In: JACQUES, Maria da Graça Corrêa; CODO, Wanderley. (Orgs.). **Saúde mental & trabalho: leituras**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 115.

⁹¹ Área de atuação da psicologia que surgiu do campo da psicologia comportamental.

de como o trabalho é um importante fator para o desenvolvimento emocional, moral, cognitivo e social do indivíduo, além de como o estresse pode ser responsável por sintomas como fadiga, distúrbios do sono e absenteísmo. Através dessas teorias surgiu também estudos acerca da Síndrome de Burnout, processo de esgotamento físico e mental do profissional que se dedica muito ao trabalho.⁹²

No entanto, ainda que essas teorias tenham encontrado soluções práticas para contornar os problemas de estresse no trabalho, relacionadas principalmente a melhoria da qualidade de vida do trabalhador através da melhoria da qualidade organizacional do trabalho (ergonomia, prêmios por desempenho, melhora na comunicação entre empregador e empregado, mudança no horário de trabalho, adequada remuneração, oportunidade de crescimento, garantia de segurança ao trabalhador, etc.), as quais muitas vezes diminuem o índice de absenteísmo, melhoram as relações interpessoais dentro do ambiente de trabalho, aumentam a produtividade, dentre outras melhorias⁹³, não há um pensamento mais profundo acerca do que o trabalho hoje representa para o ser humano, são soluções que alteram superficialmente a organização do trabalho, mas não fazem uma crítica profunda àquilo que é a base causal desse trabalho, o modo de produção capitalista. Essas teorias apenas tentam adaptar o modelo de organização de trabalho ao trabalhador e vice-versa. Porém, há que se reconhecer a importância imediata que tais mecanismos possuem para a melhoria ou amenização do sofrimento dentro do trabalho.

3.2.2 Psicodinâmica do trabalho

A segunda abordagem tratada por Jacques é a psicodinâmica do trabalho, a qual tem Dejours como principal teórico. Seu livro “A loucura do trabalho: estudos de psicopatologia do trabalho” teve bastante receptividade no Brasil, sendo bastante utilizado em estudos e pesquisas brasileiras, inclusive no meio jurídico, o qual é um dos únicos autores utilizado para estudos da relação saúde mental e trabalho e direito, inclusive sendo citado em vários julgados do Tribunal Superior do Trabalho.

⁹² FILGUEIRAS, Julio Cesar; HIPPERT, Maria Isabel. Estresse: possibilidades e limites. In: JACQUES, Maria da Graça Corrêa; CODO, Wanderley. (Orgs.). **Saúde mental & trabalho: leituras**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 125.

⁹³ *Idem*.

A utilização da expressão psicodinâmica do trabalho em substituição à psicopatologia do trabalho deu-se porque Dejours tinha como objetivo ser uma contracorrente da corrente predominante dentro dos estudos da psicopatologia do trabalho. Segundo Merlo, há “um privilegiamento do estudo da normalidade, sobre o da patologia”⁹⁴, sendo que o objetivo da psicodinâmica do trabalho é estudar o não-comportamento do trabalhador ocupado pelos atos impostos no seu trabalho. Dejours entende que o sofrimento do trabalhador é um campo pré-patológico, que se refere ao processo de anulação do comportamento livre que é ocupado pelo comportamento estereotipado. Como comportamento livre entende o comportamento do sujeito guiado pelos seus desejos em direção ao prazer⁹⁵, enquanto o comportamento estereotipado está relacionado à sua produtividade. Conforme bem explica Merlo, o sofrimento do trabalhador

[...] marca a evolução de uma luta entre o funcionamento psíquico e mecanismo de defesa por um lado e pressões organizacionais desestabilizantes por outro lado, com o objetivo de conjurar a descompensação e conservar, apesar de tudo, um equilíbrio possível, mesmo se ele ocorre ao preço de um sofrimento, com a condição que ele preserve o conformismo aparente do comportamento e satisfaça aos critérios sociais de normalidade.⁹⁶

A psicodinâmica do trabalho tem enfoque no taylorismo como forma de organização do trabalho. A principal crítica dessa teoria ao taylorismo é que ele impede a construção da identidade no trabalho, tendo em vista que é no espaço entre o trabalho prescrito e o trabalho real que pode ocorrer a sublimação e a conquista da identidade no trabalho⁹⁷, sendo o trabalho prescrito a tarefa a ser cumprida, ou seja, aquilo que está posto ao trabalhador e o que se espera dele (ferramentas, máquinas, tempo, regras, procedimentos), enquanto o trabalho real é a atividade exercida pelo trabalhador.

Para essa teoria, a partir do taylorismo ocorreu a separação entre trabalho prescrito e trabalho real, o descompasso entre ambos (tarefa e atividade) seria responsável por potencializar o sofrimento do trabalhador, o qual cria estratégias

⁹⁴ MERLO, Álvaro Roberto Crespo. Psicodinâmica do trabalho. In: JACQUES, Maria da Graça Corrêa; CODO, Wanderley. (Orgs.). **Saúde mental & trabalho: leituras**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 131.

⁹⁵ DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992, p. 25-26.

⁹⁶ MERLO, Álvaro Roberto Crespo. *Op. cit.*, p. 131.

⁹⁷ *Ibidem*, p., 135.

defensivas. Portanto, quanto mais rígido o modelo de gestão do trabalho, menor a possibilidade do trabalhador criar estratégias para ajustar o trabalho prescrito ao real, deixando em segundo plano seu potencial de criatividade, agravando o seu sofrimento.⁹⁸ Ressalta-se que tal teoria se volta para a coletividade de trabalho e não indivíduos isolados. As intervenções não serão através de terapias individuais, mas sim voltadas para a organização do trabalho.⁹⁹

A proposta de Dejours fundamenta-se através de algumas categorias da psicanálise, como a sublimação. Conceito de origem freudiana, em que as pulsões parciais, cuja satisfação a princípio é de natureza sexual, encontram objetos substitutivos para se satisfazerem, tais objetos podem ser encontrados em atividades socialmente valorizadas. Segundo Dejours, essas pulsões são redirecionadas ao trabalho, em que há a dessexualização e se trata de uma atividade que constitui um bem social. No entanto, no trabalho taylorizado, marcado pela repetição, não é possível completar o processo de sublimação. Diante disso, o trabalhador entra em processo de repressão, o que pode gerar descompensações mentais.¹⁰⁰

Dejours irá estabelecer quais as condições necessárias para que a sublimação ocorra na atividade de trabalho. Resumidamente, conforme sistematiza Merlo, trata-se de condições que permitam a epistemofilia, compreendida como um desejo de entender a realidade. Para que a organização de trabalho seja o espaço de epistemofilia do sujeito, e consequentemente de sublimação, é necessário que haja um espaço para que o trabalhador assuma alguma responsabilidade sobre a organização prescrita, ou seja, que ele tenha algum tipo de atividade de concepção e não apenas de execução. Outra condição para a sublimação é a necessidade de reconhecimento do trabalho exercido pelo empregado por parte dos superiores hierárquicos, reconhecimento que venha acompanhado com algum julgamento de utilidade, seja econômico ou técnico. Por fim, para que ocorra a construção da identidade do trabalhador com o seu trabalho, é necessária a valorização da atividade do trabalhador por parte dos seus próprios colegas.¹⁰¹

⁹⁸ FERREIRA, Mário César; BARROS, Paloma C. da Rocha. (In)Compatibilidade do trabalho prescrito – trabalho real e vivências de prazer-sofrimento dos trabalhadores: um diálogo entre a ergonomia da atividade e a psicodinâmica do trabalho. **Revista Alethéia**, ULBRA, Canoas, 2003.

⁹⁹ JACQUES, Maria da Graça Corrêa. Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental & trabalho. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, jan/jun. 2003, p. 104.

¹⁰⁰ MERLO, Álvaro Roberto Crespo. Psicodinâmica do trabalho. In: JACQUES, Maria da Graça Corrêa; CODO, Wanderley. (Orgs.). **Saúde mental & trabalho: leituras**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 134-135.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 134-137.

Portanto, o que Dejours irá dizer é que o trabalho pode ser favorável ao equilíbrio mental do sujeito, desde que “as exigências intelectuais, motoras ou psicossensoriais da tarefa”¹⁰² estejam de acordo com as necessidades específicas do trabalhador em questão e que este possa modificar a organização do seu trabalho de acordo com seu desejo e necessidade, condições as quais podem ser encontradas no trabalho de profissionais autônomos ou entre os responsáveis de alto nível. No entanto, mesmo nas condições mencionadas, haverá sofrimento, tendo em vista que todo trabalho possui exigências materiais, físicas e mentais, que nem sempre são fáceis de exercer, mas tal sofrimento pode desembocar para dois destinos: a sublimação, como é o caso dos artistas, em que o sofrimento é compensado pelo resultado do seu trabalho, e o sofrimento sob forma de repressão pulsional, como no caso do trabalho taylorizado.¹⁰³

Nesse sentido, o sofrimento pode se tornar instrumento para modificação da organização do trabalho ou para o processo de alienação do trabalhador¹⁰⁴, que segundo Dejours, configura-se pela “tolerância graduada segundo os trabalhadores de uma organização do trabalho que vai contra seus desejos, suas necessidades e sua saúde”¹⁰⁵ e também pela “substituição da vontade própria do Sujeito pela do Objeto”¹⁰⁶. Vencido pela vontade da organização do trabalho, o trabalhador utiliza todas as suas forças para tolerar a derrota das suas vontades, o resultado disso é ansiedade, insatisfação, fadiga, esgotamento do corpo e sofrimento. Diante disso, o trabalhador cria estratégias defensivas, que podem ser coletivas ou individuais de modo a mascarar o sofrimento para manter a produtividade e seu emprego.

Conforme Merlo, “é a partir do estudo das ideologias defensivas que se irá construir a investigação proposta por esta metodologia (a psicodinâmica do trabalho)”¹⁰⁷. Para Dejours, através dessas ideologias defensivas que é possível procurar mecanismos específicos de defesa relacionados ao modelo de organização do trabalho, que serão diferentes para o trabalhador da construção civil e o operário de indústria. Sendo que uma das características presentes em todas as ideologias

¹⁰² DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo da psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992, p. 134.

¹⁰³ MERLO, Álvaro Roberto Crespo. Psicodinâmica do trabalho. In: JACQUES, Maria da Graça Corrêa; CODO, Wanderley. (Orgs.). **Saúde mental & trabalho**: leituras. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 139.

¹⁰⁴ *Idem*.

¹⁰⁵ DEJOURS, Christophe. *Op. cit.*, p. 137.

¹⁰⁶ *Idem*.

¹⁰⁷ MERLO, Álvaro Roberto Crespo. *Op. cit.*, p. 139.

defensivas profissionais é a ideologia da vergonha, em que a doença torna-se motivo de vergonha pois equivale ao impedimento do trabalho, logo o objetivo do trabalhador sempre será calar a doença o mais rápido possível e não a sua cura.

Dejours irá enfatizar que no trabalho taylorizado, em que há a divisão do modo operatório e divisão dos órgãos de execução e dos órgãos de concepção intelectual, além de uma forte rigidez da organização do trabalho, o operário que exerce o trabalho repetitivo, é desprovido da sua atividade intelectual, há uma despersonalização do trabalhador que se torna apenas uma extensão da máquina. Isso aniquila a coletividade operária e individualiza o sofrimento do trabalhador, não deixando espaço para as defesas coletivas. No entanto, há as estratégias individuais de defesa, que também se tornarão fruto de exploração do empregador. Para melhor compreensão, pode-se citar o caso das telefonistas analisado por Dejours, em que a tensão, o nervosismo e a agressividade gerado pelo trabalho são revertidos para aumentar o ritmo de trabalho, gerando assim uma maior produtividade.¹⁰⁸

O objetivo de Dejours era mostrar como a organização do trabalho “exerce, sobre o homem, uma ação específica, cujo impacto é o aparelho psíquico”¹⁰⁹. O sofrimento do trabalhador surge quando a relação entre o indivíduo e o trabalho está bloqueada, em que o trabalhador não tem a possibilidade de adaptar o seu trabalho às suas necessidades e desejos. A organização do trabalho será responsável por diferentes formas de sofrimento conforme for o seu modelo, que será mascarado através de estratégias defensivas, sendo estas que revelarão a sintomatologia do sofrimento.

Portanto, é da interpretação das estratégias defensivas dos trabalhadores que será possível ler o sofrimento e será apenas com a mudança do modelo de organização de trabalho e com o fim dos sistemas defensivos que será possível haver um progresso da relação saúde mental-trabalho. Para o autor francês, quanto maior a tensão entre a organização do trabalho e o aparelho mental do indivíduo, maior será o sofrimento.

O trabalho de Dejours ainda que de grande mérito, o qual possui uma grande complexidade, que não será esgotada no presente trabalho, sofreu algumas críticas,

¹⁰⁸ DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo da psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992, p. 102-104.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 133.

principalmente por teóricos da psicologia histórico-cultural. Lima resume bem a crítica feita à Dejours e sua teoria, em que o trabalho

[...] permanece como uma categoria marginal, subordinada à subjetividade, que continua sendo o objeto da Psicodinâmica do Trabalho, por excelência. O trabalho só é abordado pela via da subjetividade, ou melhor, por meio do discurso, através do qual o trabalhador comunica sua vivência. Ora, achamos que é exatamente essa opção pela ênfase na vivência subjetiva, em detrimento da observação e da análise das situações reais de trabalho, que tem gerado os equívocos que observamos na obra desse autor, em especial, sua tendência ao subjetivismo e ao relativismo.¹¹⁰

Portanto a falta de essencialidade do trabalho na psicodinâmica do trabalho é vista de forma negativa para a construção do campo Saúde Mental e Trabalho. Apesar da tentativa de Dejours de se afastar da psicanálise, ele não conseguiu superar os vínculos com princípios psicanalíticos. Devido a isso, reformulou sua teoria e metodologia várias vezes, por entender que não é possível criar uma teoria da psicopatologia ou psicodinâmica do trabalho emprestando as noções e conceitos psicanalíticos. Isto porque, segundo Codo, “sob a égide teórica de Freud, a única fonte de distúrbios é a dinâmica que se trava entre a repressão social e a sexualidade emergente”¹¹¹.

A metodologia de Dejours para estudo das dinâmicas intra e intersubjetivas do trabalhador com a organização do trabalho leva em conta o discurso do trabalhador, pautado no modelo clínico de diagnóstico e intervenção, primando pela interpretação do trabalho através do sujeito em detrimento do comportamento efetivo do ser humano no trabalho. Para Lima, é preciso tomar cuidado para não se cair no subjetivismo, nem no objetivismo, sendo necessário objetivar as vivências subjetivas, em que o único caminho é compreender o trabalho como uma categoria central para a compreensão do ser humano.¹¹²

3.2.3 Modelo epidemiológico/diagnóstico

¹¹⁰ LIMA, Maria Elizabeth Antunes. Esboço de uma crítica à especulação no campo da saúde mental e trabalho. In: JACQUES, Maria da Graça Corrêa; CODO, Wanderley. (Orgs.). **Saúde mental & trabalho: leituras**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 78.

¹¹¹ CODO, Wanderley. O sujeito trabalhador apesar de seu trabalho? Um exame dos escritos de Christophe Dejours. **Revista da Federação Nacional dos Psicólogos: Saúde mental e trabalho**, Belo Horizonte, ano 1, n.1, p. 43-55, 2000.

¹¹² LIMA, Maria Elizabeth Antunes. *Op. cit.*, p. 78-80.

A terceira abordagem tratada por Jacques é com base no modelo epidemiológico e/ou diagnóstico, o qual se desenvolveu ao longo da história no âmbito da medicina, em que no campo da saúde do trabalhador buscava estudar “os efeitos do trabalho nos processos de adoecimento dos trabalhadores”, inicialmente partia de uma concepção monocausal para depois ser substituída pela concepção multicausal, conforme mencionado no início do presente capítulo, o que foi essencial para que a epidemiologia se expandisse para o campo da saúde/doença mental.¹¹³

De acordo com Sampaio e Messias, a epidemiologia em saúde mental é um ramo estudado pela psiquiatria social. O fato dos processos psíquicos estarem diretamente relacionados às alterações socioeconômico-demográfico-culturais dos processos físicos dificulta a delimitação conceitual do objeto de pesquisa dessa área, surgindo várias abordagens-metodológicas. Há duas grandes correntes: a russo/anglo-saxã, marcada pelo positivismo; e a franco/latino-americana, marcada pela dialética, sendo esta que será abordada.¹¹⁴

O modelo apresentado por Jacques é referente a segunda corrente, da determinação social da doença, com fundamentação marxista, que permitem comprovar o caráter social do processo saúde/doença. Tem como principal representante no Brasil o psicólogo Wanderley Codo. Um dos objetivos dessa abordagem é “identificar quadros psicopatológicos associados a determinadas categorias profissionais”, portanto o campo saúde mental e trabalho deve ter como objeto o trabalho humano, em que o aspecto não é individual, mas sim coletivo.

De acordo com Codo, o sofrimento psíquico e a doença mental surgem quando esferas significativas da vida humana, que geram significados, são afetadas, ou seja, assim como a sexualidade e as relações familiares, o trabalho também é gerador de significados. Portanto, se a infância é um período que deixa signos e pode gerar “outros” dentro do indivíduo, o trabalho também tem esse potencial. O trabalho aqui é compreendido como “uma relação de dupla transformação entre o homem e a natureza”, trata-se da relação de controle que o indivíduo tem sobre a natureza e a

¹¹³ JACQUES, Maria da Graça Corrêa. Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental & trabalho. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, jan/jun. 2003, p. 107.

¹¹⁴ SAMPAIO, José Jackson Coelho; MESSIAS, Erick Leite Maia. A epidemiologia em saúde mental e trabalho. In: JACQUES, Maria da Graça Corrêa; CODO, Wanderley. (Orgs.). **Saúde mental & trabalho: leituras**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 143-146.

natureza tem sobre o indivíduo, sendo que natureza pode ser compreendida como o meio-ambiente.¹¹⁵

Codo irá concluir que os eixos que devem ser espaços de investigação em saúde mental e trabalho devem ser: a relação indivíduo-natureza, indivíduo-sociedade e indivíduo-indivíduo. Nesse sentido, compreende-se que há esferas objetivas e subjetivas que devem ser analisadas. Sabe-se que o processo de sofrimento psíquico não é linear, há vários fatores que estão envolvidos, como o contexto, a história de vida e a conexão de vários fatos na situação concreta, logo, a etiologia do processo de doença mental é pautada em probabilidades, em que serão levantadas hipóteses que podem ser fatores de risco para a saúde mental, como a perda de um familiar próximo, repressão sexual na infância, discriminação, etc.¹¹⁶

Diante disso, a proposta metodológica é analisar os aspectos objetivos e subjetivos do trabalho de forma conexa. Segundo Codo, “a investigação, portanto, se conduz com a lógica da epidemiologia, cruzando as variáveis advindas do diagnóstico do trabalho com as escalas clínicas, estudando possibilidades de aparecimento de sintomas”, para depois partir para a entrevista clínica, em que será analisado os dados do sujeito em particular.¹¹⁷

O que é preciso compreender nessa abordagem é que ela parte da ideia que o trabalho tem seu aspecto objetivo, representado pela organização do trabalho; subjetivo, relacionado ao sentido do trabalho para o trabalhador e; transubjetivo, referente ao aspecto social daquele trabalho, como ele é coletivamente apropriado. Portanto, para estudar a relação saúde mental e trabalho é imprescindível estudar todos os aspectos do trabalho, já que este é o objeto da pesquisa e não focar apenas uma ou outra dessas variáveis, como fazem muitas abordagens, daí inclusive vem a crítica a Dejours, em que o enfoque é apenas a subjetividade.

Tal enfoque assemelha-se muito ao utilizado por Le Guillant, em que “sua proposta foi de desenvolver uma abordagem em saúde mental e trabalho que permitisse demonstrar a existência de uma relação entre a condição de vida e de trabalho e o surgimento, a frequência e a gravidade dos distúrbios mentais”¹¹⁸. Assim,

¹¹⁵ CODO, Wanderley. Um diagnóstico integrado do trabalho com ênfase em saúde mental. In: JACQUES, Maria da Graça Corrêa; CODO, Wanderley. (Orgs.). **Saúde mental & trabalho: leituras**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 173-174.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 175-184.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 184.

¹¹⁸ JACQUES, Maria da Graça Corrêa. Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental & trabalho. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, jan/jun. 2003, p. 109.

relacionou o caráter patogênico do trabalho das empregadas domésticas e das telefonistas. Ele buscou romper com o aspecto subjetivista da psicologia para buscar conciliar o estudo da objetividade e subjetividade do trabalho, através da compreensão das condições de vida e de trabalho dos pacientes, conjugada com o resgate de sua história de vida.¹¹⁹

Portanto, trata-se da construção de uma abordagem em que prioriza a identificação de quadros psicopatológicos em que o trabalho é constitutivo e não apenas um dos fatores desencadeador, através de pesquisas qualitativas e quantitativas, com instrumental teórica da dialética marxista. Segundo Codo,

A função dos estudos sobre saúde mental e trabalho não é a de reclamar do trabalho, nem a de se eleger como voz do trabalhador (até porque os trabalhadores têm voz e não vejo por que substituí-la). Também não é a de inventar outra parafernália qualquer para que todos vivam felizes, cada qual com seu emprego. Saúde mental e trabalho estuda o trabalho, uma atividade humana por excelência, a mais humana das atividades humanas. Por isto é preciso buscar o porquê, o como e o quando pode ser fonte de todo o prazer e ao mesmo tempo de todo o sofrimento.¹²⁰

Trata-se hoje de uma das abordagens mais completa, no entanto, ainda está em construção e tem muito a avançar, principalmente na América Latina.

3.2.4 Subjetividade e trabalho

E, por fim, a quarta abordagem apresentada por Jacques é a referente aos estudos e pesquisas sobre subjetividade e trabalho, desenvolvido principalmente por Nardi, Tittoni e Bernardes.¹²¹ Busca analisar o sujeito trabalhador através das suas vivências e experiências no mundo do trabalho, em que o sujeito é entendido como uma construção social e não como um sujeito autônomo e livre, que nos remete a

¹¹⁹ LIMA, Maria Elizabeth Antunes. Esboço de uma crítica à especulação no campo da saúde mental e trabalho. In: JACQUES, Maria da Graça Corrêa; CODO, Wanderley. (Orgs.). **Saúde mental & trabalho: leituras**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 78.

¹²⁰ CODO, Wanderley. Um diagnóstico integrado do trabalho com ênfase em saúde mental. In: JACQUES, Maria da Graça Corrêa; CODO, Wanderley. (Orgs.). **Saúde mental & trabalho: leituras**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 186.

¹²¹ JACQUES, Maria da Graça Corrêa. Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental & trabalho. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, jan/jun. 2003, p. 110.

ideia de indivíduo. Compreende-se que este é constituído por fatores não só socioeconômicos, mas também culturais e éticos.¹²²

O trabalho é entendido como eixo norteador, mas que ultrapassa seus aspectos técnicos e econômicos, amplia-se seu enfoque para o sujeito que trabalha. Parte do pensamento de autores marxistas, como Thompson, o qual irá redefinir a relação de determinação da infraestrutura econômica sobre a superestrutura do pensamento, ao considerar que a experiência do trabalho, no caso operária, é determinada não só por fatores socioeconômicos, mas também pelas normas, costumes, tradições e sentimentos. Portanto, o trabalho não pode ser entendido apenas como fruto dos aspectos econômicos, mas como um espaço de intersecção entre dimensões culturais e da vida que estão fora dos locais de trabalho, como a etnia e o gênero, com elementos da organização do trabalho, determinados economicamente.¹²³

Com respaldo nas teses de Canguilhem, sobre a distinção entre patologia e anormalidade, a presente abordagem busca ir contra a noção de saúde como ausência de doença, privilegiando aspectos como vivências, cotidiano, experiências, modo de ser do trabalhador e não aspectos psicopatológicos, o que faz com que se aproxime da noção da psicodinâmica do trabalho, com a diferença que neste prevalece o modelo clínico de pesquisa e interpretação.¹²⁴ Mas nos estudos sobre subjetividade e trabalho também há o prevalecimento do aspecto subjetivo do trabalhador, mas que diferentemente de Dejours, a subjetividade aqui é redimensionada por elementos sociais, culturais e históricos, construída a partir da dicotomia entre o indivíduo-coletivo e objetivo-subjetivo.

Entendem que a subjetivação do trabalhador está em constante transformação, a qual será orientada conforme os aspectos sociais presentes na organização não só do trabalho, mas do saber e das relações de poder. Nesse sentido, conforme explica Tittoni, a subjetividade é entendida, na noção foucaultiana, como a experiência que o sujeito faz de si nos jogos de verdade e subjetivação como os processos pelos quais essas experiências ocorrem. Portanto, o modo de fazer a

¹²² NARDI, Henrique; TITTONI, Jaqueline; BERNARDES, Jefferson Souza. Subjetividade e trabalho. In: CATTANI, Antonio David. (Org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. 2.ed., Petrópolis: Vozes, 1997, p. 240-246.

¹²³ *Idem*.

¹²⁴ JACQUES, Maria da Graça Corrêa. Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental & trabalho. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, jan/jun. 2003, p. 110-111.

vida está profundamente relacionado a noção que o sujeito faz de si mesmo. Se a condição do trabalhador está atrelada à subordinação e cumprimento de regras, é porque há uma moral que supõe o trabalhador como um sujeito cumpridor de normas e responsável por garantir uma maior produtividade.¹²⁵

Ramminger e Nardi irão diferenciar os modos de subjetivação do processo de subjetivação do trabalhador, a partir dos conceitos formulados por Foucault. O primeiro está relacionado à forma predominante da relação sujeito/trabalho, no caso do trabalho atual, marcado pela reestruturação produtiva, que cria o trabalhador plurifuncional, o qual deve ser eficiente, “vestir a camisa” da empresa, etc. Portanto, o trabalhador para se reconhecer enquanto trabalhador se sujeita a tais regras. No entanto, há o processo de subjetivação, que diz respeito a maneira particular como o trabalhador vivencia essa relação e é aqui que pode ocorrer a resistência, as transgressões e a possibilidade de invenção de outros modos de lidar com as normas, é onde se encontra o potencial transformador das normas as quais os sujeitos estão aprisionados.¹²⁶

Por fim, as teorias acerca da subjetividade e trabalho são marcadas por uma multidisciplinariedade, em que o foco é o trabalho para definir os modos de subjetivação relacionados a ele, através dos fatores que determinam o lugar do trabalhador e das experiências vividas pelos sujeitos no trabalho, que se encontram atados pelas normas sociais.¹²⁷

¹²⁵ TITTONI, Jaqueline. Subjetivação e trabalho: reflexões sobre a economia solidária. In: **Anais do Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, 8., 2004, Coimbra.

¹²⁶ RAMMINGER, Tatiana; NARDI, Henrique Caetano. Subjetividade e trabalho: algumas contribuições conceituais de Michel Foucault. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 12, n. 25, jun. 2008, p. 342.

¹²⁷ NARDI, Henrique; TITTONI, Jaqueline; BERNARDES, Jefferson Souza. Subjetividade e trabalho. In: CATTANI, A. (Org.) **Trabalho e tecnologia**; dicionário crítico. 2.ed., Petrópolis: Vozes, 1997, p. 240-246.

4 DEPRESSÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO

Como vimos no capítulo anterior, o adoecimento psíquico decorrente do trabalho é plausível e já tem muitos estudos sobre o tema. Os problemas de ordem psíquica são inúmeros, portanto se optou dar enfoque à depressão, tendo em vista que hoje é uma das principais doenças mentais que acomete os trabalhadores. Antes de adentrarmos na relação da depressão e trabalho, será abordado primeiramente os aspectos históricos e clínicos da depressão.

4.1 DEPRESSÃO: ASPECTOS HISTÓRICOS E CLÍNICOS

A depressão não se trata de uma doença atual, é um mal que acomete a humanidade há muito tempo. Já na Antiguidade haviam estudos sobre ela, realizados por Hipócrates (séc. IV a.C.), precursor da medicina ocidental; o termo utilizado para se referir a depressão era “melancolia”, o qual foi utilizado por muitos anos ao longo da história. Melancolia tem como significado “bile negra”, isto porque Hipócrates considerava que o corpo humano era formado por quatro humores: sangue, linfa, bile amarela e bile negra. Portanto, o excesso de bile negra seria responsável pelo humor melancólico, cujos sintomas eram tristeza, ansiedade, depressão moral, tendência ao suicídio, aversão à comida, desânimo, insônia, irritação, inquietude e medo prolongado.¹²⁸

O termo depressão só passou a ser utilizado no século XVII e apenas no século XIX tornou-se de uso comum. Durante a Idade Média a depressão, chamada de melancolia, era associada à *acedia*, traduzida como “preguiça”, mas se caracterizava pela apatia, exaustão, sonolência, tristeza, sintomas semelhantes com o da depressão, o que na época entrou para lista dos pecados mortais, atitudes ainda muito mal vistas pela sociedade, principalmente porque pressupõe o não trabalho, a ausência de ânimo para se fazer algo. Já na época do Renascimento, a melancolia é

¹²⁸ SOLOMON, Andrew. **O demônio do meio-dia**: uma anatomia da depressão. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 264.

romantizada, relacionada à profundidade, à visão artística e à complexidade da alma.¹²⁹

Apenas no século XVII a XIX foram iniciados estudos sobre o tema, principalmente através do livro *Anatomia da Melancolia*, de Robert Burton, em que se retoma a conotação médica dada à melancolia.¹³⁰ Sendo que é com Phillipe Pinel, no século XVIII, que o estudo das perturbações mentais começa a se constituir como um ramo da medicina. Ainda, o período entre o final do século XIX ao início do século XXI, é marcado por uma nova maneira de pensar a doença mental, a partir de visões completamente distintas: a psicanálise e a psiquiatria biológica¹³¹, com o avanço das ideias psicanalíticas de Sigmund Freud e Karl Abraham, em que a depressão irá representar a perda do objeto de desejo, em que há o colapso do ego. E com Emil Kraepelin, há o desenvolvimento da psicobiologia, acreditava que toda doença mental tinha uma base bioquímica, podendo a depressão ser hereditária ou adquirida.¹³²

Segundo Solomon, “há um interesse social em dizer que a depressão é causada por processos químicos internos que estão de algum modo além do controle do afligido”, para desonerar a culpa na pessoa em depressão, ou no modo de vida dela. Portanto, no século XX, os estudos sobre depressão se voltaram para seus aspectos químicos e biológicos, como a descoberta que os neurotransmissores, substâncias químicas produzida pelos neurônios, tinham importante função no comportamento humano. A partir disso, na década de 1950, surgiram os antidepressivos, que têm como objetivo aumentar ou diminuir determinado neurotransmissor. A maior parte dos antidepressivos tem como função bloquear a recaptação da serotonina, para aumentar seu nível no cérebro, já que os baixos níveis desse neurotransmissor no cérebro são considerados responsáveis pela depressão.¹³³

Atualmente, a depressão é tratada como um transtorno do humor, incluída na décima edição da Classificação Internacional das Doenças (CID-10), com base no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, quarta edição (DSM-IV). Os transtornos de humor são definidos como síndromes e não doenças específicas, relacionados a um conjunto de sinais e sintomas prolongados por um período de

¹²⁹ SOLOMON, Andrew. **O demônio do meio-dia: uma anatomia da depressão**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 264-273.

¹³⁰ JARDIM, Sílvia. Depressão e trabalho: ruptura de laço social. **Rev. Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 36, n. 123, jun. 2011, p. 85.

¹³¹ PERES, Urania Tourinho. **Depressão e melancolia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 18.

¹³² SOLOMON, Andrew. *Op. Cit.*, p.301-304.

¹³³ *Ibidem*, p.307-310.

tempo.¹³⁴ Porém, o termo depressão é utilizado para descrever várias situações, como um estado de humor, um sintoma, uma síndrome ou doenças.

Como estado de humor é associado à tristeza, que se trata de um sentimento normal da vida psíquica de um ser humano. Enquanto um sintoma, a depressão pode estar presente em diferentes quadros clínicos, como o transtorno de estresse pós-traumático, esquizofrenia, alcoolismo, etc. Já enquanto síndrome, a depressão não se faz presente apenas através de uma alteração de humor, mas inclui alterações cognitivas e psicomotoras, como sono e apetite. E por fim, enquanto doença refere-se ao transtorno depressivo maior, distímia, depressão integrante do transtorno bipolar, etc.¹³⁵

Segundo Del Porto, a sensação subjetiva de tristeza ou vazio nem sempre é relatada pelo paciente depressivo, apesar dessa ser a característica mais comum. Mas a apatia e a perda de interesse e prazer nas atividades em geral também são relatadas. Ao se fazer o diagnóstico de depressão deve-se levar em consideração sintomas psíquicos, fisiológicos e comportamentais.¹³⁶

Como sintomas psíquicos estão o humor depressivo, caracterizado pelo sentimento de tristeza, culpa e autodesvalorização. Há redução na capacidade de ter prazer em qualquer atividade, inclusive atividades que antes o sujeito gostava de praticar. Outros sintomas psíquicos são a fadiga persistente e a diminuição da capacidade de se concentrar, pensar ou de tomar decisões. Tais sintomas tornam o indivíduo em depressão mais lento na execução de tarefas e pode ser associado como incompetência ou com problemas de déficit de atenção. Os sintomas fisiológicos da depressão são alterações do sono, em que a insônia é mais frequente, no entanto há casos de excesso de sono; alterações do apetite, normalmente há a perda de apetite, mas pode ocorrer o oposto, com o aumento deste; e a redução do interesse sexual. Por fim, as evidências relacionadas ao comportamento da pessoa depressiva são o retraimento social, crises de choro, retardo psicomotor e lentidão ou agitação psicomotora.¹³⁷

¹³⁴ JARDIM, Sílvia. Depressão e trabalho: ruptura de laço social. **Rev. Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 36, n. 123, p. 84-92, jun. 2011, p. 85.

¹³⁵ DEL PORTO, José Alberto. Conceito e diagnóstico. **Rev. Brasileira de Psiquiatria**. São Paulo, v. 21, supl. 1, maio/1999, p. 6.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 7.

¹³⁷ *Idem*.

A depressão, portanto, pode caracterizar-se de diferentes maneiras. Ainda que existam várias classificações para os diferentes tipos de depressão, preferiu-se aqui apenas mencionar a divisão feita pela Associação Americana de Psiquiatria, no DSM-IV. A seção de transtornos de humor é dividida em três partes: episódios de humor, que não se tratam de entidades que podem ser diagnosticadas distintamente, apenas servem como requisitos para diagnosticar os transtornos; transtornos de humor, que terão como critério a presença ou ausência dos episódios de humor; e, os especificadores, que servem para aumentar a especificidade do diagnóstico, para auxiliar na seleção do tratamento e na previsão do prognóstico.¹³⁸

Dentre os episódios de humor há o episódio depressivo maior, em que a característica essencial é “um período mínimo de 2 semanas, durante as quais há um humor deprimido ou perda de interesse ou prazer por quase todas as atividades”. Além desses sintomas, devem estar presentes no mínimo mais quatro sintomas adicionais, tais como: alterações de apetite e/ou peso, insônia, agitação ou retardo psicomotor, fadiga ou perda de energia, sentimento de inutilidade ou culpa excessiva, dificuldades para se concentrar, pensar e indecisão, pensamentos de morte recorrentes.¹³⁹

Há o também o episódio maníaco, caracterizado por um humor anormal de pelo menos uma semana, juntamente com, no mínimo, mais três sintomas dentre: autoestima inflada, redução do sono, maior loquacidade, fuga de ideias, facilidade em perder a atenção por coisas irrelevantes, maior determinação em objetivos ou agitação psicomotora, envolvimento excessivo em atividades prazerosas (compras, sexo, investimentos financeiros). Ainda, há o episódio misto que se caracteriza por alternâncias de humor, entre o episódio depressivo e maníaco. Por fim, há o episódio hipomaníaco, semelhante ao episódio maníaco.¹⁴⁰

Os transtornos depressivos podem ser: transtorno depressivo maior, transtorno distímico e transtorno depressivo sem outra especificação. Os episódios depressivos estão presentes em todos esses transtornos e podem estar presentes também no transtorno bipolar I e II.

O transtorno depressivo maior é caracterizado por episódios depressivos maiores, podendo ser leve, moderado ou grave, que serão definidos de acordo com o

¹³⁸ DSM-IV: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 4. ed. Porto Alegre: Artes Medicas, 1995, p. 345.

¹³⁹ *Ibidem*, p. 348-355.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 355-365.

número de sintomas. Portanto, uma pessoa com transtorno depressivo maior leve, possui de cinco a seis sintomas; mantém sua capacidade de funcionar, porém com esforço substancial e incomum. Os episódios graves podem ser sem características psicóticas – o indivíduo possui a maioria dos sintomas e fica claramente incapacitado, e com características psicóticas, em que há a presença de delírios e alucinações.¹⁴¹

O transtorno depressivo (mesmo que as características do episódio depressivo maior não estejam completamente satisfeitas, em que mesmo assim, nestes casos, irá se configurar o transtorno depressivo maior) pode ter episódios de depressão crônica, em que os sintomas permanecem por um período mínimo de dois anos. Ainda, pode ter características catatônicas, em que há no mínimo dois das seguintes características: catalepsia (rigidez dos músculos) ou estupor, atividade motora excessiva, negativismo extremo, peculiaridades dos movimentos voluntários, repetição patológica de palavras ou imitação dos gestos de outra pessoa.¹⁴²

Há também o transtorno depressivo maior com características melancólicas, é caracterizado por sintomas como: perda de prazer por todas ou quase todas as atividades; falta de reação a estímulos agradáveis; é um humor distinto do humor depressivo (é uma tristeza diferente, mais profunda e sem motivo); depressão pior pela manhã; despertar mais cedo que o habitual; acentuado retardo ou agitação psicomotora; anorexia ou perda de peso grave e culpa excessiva. Existem também quadros de transtornos depressivos com características atípicas e pós-parto.¹⁴³

Ademais, o transtorno depressivo maior pode ser precedido por um transtorno distímico, que se caracteriza pelo “humor cronicamente deprimido que ocorre na maior parte do dia, na maioria dos dias, por pelo menos 2 anos”. Assim como pode ocorrer concomitantemente com outros transtornos mentais, tais como transtorno de pânico, transtorno obsessivo-compulsivo e anorexia nervosa. Além disso, o índice de suicídio de indivíduos com transtorno depressivo maior chega a 15%, apresentando uma alta taxa de mortalidade.¹⁴⁴

Segundo o DSM-IV, os episódios de transtorno depressivo maior frequentemente se seguem a um estressor psicossocial, que irá influenciar normalmente o primeiro ou segundo episódio, enquanto nos episódios subsequentes

¹⁴¹ DSM-IV: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 4. ed. Porto Alegre: Artes Medicas, 1995, p. 365-413.

¹⁴² *Idem.*

¹⁴³ *Idem.*

¹⁴⁴ *Idem.*

terá menor influência.¹⁴⁵ Os estressores psicossociais caracterizam-se por situações da vida social que o indivíduo está inserido capazes de perturbar seu comportamento normal ou exacerbar um transtorno psíquico, tais como a morte de um ente querido, um rompimento amoroso ou problemas no trabalho.

A despeito de haver muitos estudos acerca da depressão, ela ainda é muito difícil de ser diagnosticada. Ora por ter um conceito muito amplo, podendo abarcar processos de sofrimento e tristeza que não necessariamente são patológicos, ora porque pode ser mascarada devido aos inúmeros sintomas que causa, podendo ser confundida com outras doenças ou até mesmo com uma simples tristeza. Segundo o psiquiatra Hamilton Grabowski, em entrevista dada em 2011¹⁴⁶, apenas um quinto dos pacientes com depressão recebem tratamento adequado, sendo ainda uma doença subdiagnosticada. Porém ainda assim os números referentes à depressão são alarmantes.

Segundo a Organização Mundial da Saúde e a Federação Mundial de Saúde Mental, a depressão é umas das doenças mais disseminadas no mundo. Os transtornos depressivos foram classificados como a terceira principal causa da carga global de doença em 2004 e será a primeira em 2030. Estima-se que haja 350 milhões de pessoas no mundo acometidas pela depressão, sendo que menos de 25% (vinte e cinco por cento) das pessoas têm acesso ao tratamento adequado para depressão. E a taxa média de casos de depressão não tratados é de 50% (cinquenta por cento). Além disso, a depressão é responsável por quase um milhão de mortes por ano, através do suicídio.¹⁴⁷

O tratamento que tem se mostrado mais eficaz para combater a depressão é a terapia psicológica juntamente com o uso de medicamentos.¹⁴⁸ No entanto, o que se verifica é o radical aumento do número de pessoas tomando antidepressivos e nem sempre com acompanhamento de um profissional da saúde mental.

¹⁴⁵ DSM-IV: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 4. ed. Porto Alegre: Artes Medicas, 1995, p. 365-413.

¹⁴⁶ CADERNO VIDA. **Zero Hora** [Internet]: 18/06/2011. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2011/06/sintomas-mascaram-a-depressao-e-dificultam-diagnostico-da-doenca-3355688.html>>.

¹⁴⁷ DEPRESSION: A Global Crisis. Occoquan: **World Federation For Mental Health**, out. 2012. Disponível em: <<http://www.buendnis-depression.li/fileadmin/dateien/bgdflyer/WMHDay2012.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2013.

¹⁴⁸ ABREU, Fernanda Moreira de. **Depressão como doença do trabalho e suas repercussões jurídicas**. São Paulo: LTr, 2005, p. 35.

Atualmente, medicamentos como Zoloft e Prozac são tão populares como Cataflan (um anti-inflamatório). Segundo uma pesquisa realizada pelo National Center of Health Statistics (NCHS), em 2011, o uso de antidepressivos por adolescentes e adultos dos Estados Unidos aumentou quase 400% entre os períodos de 1988-1994 e 2005-2008. Concluiu-se que 11% dos estadunidenses maiores de 12 anos usam antidepressivos e que menos de um terço dos norte-americanos que fazem uso de um ou mais antidepressivos tiveram o acompanhamento de um profissional da saúde mental durante o ano anterior à pesquisa.¹⁴⁹ No Brasil, houve um aumento de 49% do consumo de antidepressivos em apenas 4 anos (entre 2007 e 2011).¹⁵⁰

Existe por parte de alguns autores o questionamento acerca dos motivos dos números crescentes da depressão – tanto as taxas de suicídio, quanto o risco para transtornos depressivos, apenas aumentaram nas últimas décadas, mesmo com o avanço dos estudos sobre o tema e com a eficiência das terapias existentes. Coloca-se em dúvida “se há realmente um aumento do transtorno depressivo ou se o que está ocorrendo é um processo de medicalização da vida de condições humanas antes tidas como normais”.¹⁵¹

Nesse sentido, verifica-se que a depressão cria um paradoxo no século XXI: por um lado, a depressão tem acometido grande parte da população mundial, tornando-se um problema de saúde pública; por outro, o conceito de depressão ampliou-se porque o processo de sofrimento e tristeza do ser humano não é mais visto como algo normal, a felicidade tornou-se obrigação e a tristeza, patologia. Tanto que antidepressivos são ironicamente chamados de “pílula da felicidade”.

Sabe-se que o conceito de felicidade é variável, estando diretamente relacionado com o contexto histórico de cada época. Segundo Minois, é a partir do século XX que a felicidade torna-se um dever, cria-se um clima de hedonismo forçado, em que ser feliz está muito associado com a noção de consumo. Portanto, hoje, mais do que nunca, o tamanho da sua felicidade é determinado pelo seu poder de

¹⁴⁹ PRATT, LA; BRODY, DJ; GU, Q. **Antidepressant use in persons aged 12 and over**: United States, 2005–2008. NCHS data brief, n. 76. Hyattsville, MD: National Center for Health Statistics. 2011.

¹⁵⁰ ARANDA, Fernanda. Minha Saúde [Internet]. São Paulo: 29/08/2011. Disponível em: <<http://saude.ig.com.br/minhasaude/consumo-de-antidepressivos-cresce-49-em-4-anos/n1597163264369.html>>. Acessado em 15/10/2013.

¹⁵¹ SOARES, Giovana Bacilieri; CAPONI, Sandra. Depressão em pauta: um estudo sobre o discurso da mídia no processo de medicalização da vida. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 15, n. 37, jun. 2011.

compra.¹⁵² Não é à toa as inúmeras pesquisas populares questionando se dinheiro traz felicidade. Esse é o fruto de uma sociedade centrada no capital.

Esse debate – da busca pela felicidade – envolve principalmente o trabalho, não só porque é o salário que determina o poder de compra da maior parte da população, mas porque o trabalho em si tem um valor imensurável para o ser humano, já que é por meio do trabalho, no seu sentido amplo, que o sujeito cria e produz os produtos e serviços necessários para a sua satisfação. No entanto, como visto anteriormente, o que se verifica é o aumento do adoecimento psíquico dentro do mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, vem ocorrendo um processo de medicalização da vida, que encara processos naturais da vida humana, como insatisfação e tristeza, como processos patológicos.

Portanto, ao encararmos os altos índices de transtornos mentais que acometem os trabalhadores apenas como problemas de saúde (sendo a depressão a principal causa de adoecimento dos trabalhadores), podemos estar mascarando um problema muito mais grave: de insatisfação e sofrimento no trabalho travestidos como doenças, o que desonera a organização do trabalho de culpa, mesmo que o empregador venha a ser onerado financeiramente para indenizar o trabalhador. O problema decorre de que muitos entendem que a solução está apenas no afastamento do trabalho e no pagamento de benefícios previdenciários ou de indenização e não na mudança dos modos de organização do trabalho.

4.2 RELAÇÃO ENTRE DEPRESSÃO E TRABALHO

Ao explicar sobre o tema desta monografia para várias pessoas que fazem parte da minha vida, sendo parentes, amigos, colegas de trabalho, professores, dentre outros, o comentário mais dito foi “me usa como exemplo”. Ainda que a depressão no seu entendimento popular esteja muito associada com a tristeza em si, a qual não deixa de ser um fator para a caracterização do transtorno depressivo, não há como

¹⁵² MINOIS, Georges. A idade de ouro: história da busca da felicidade. São Paulo: Editora Unesp, 2011. Resenha de: MAYNARD, Andreza S. C. Variações culturais do conceito de felicidade. **Revista de História e Estudos Culturais**, v. 10, n. 1, p. 1-6, jun. 2013.

negar que o mundo do trabalho hoje é fruto de insatisfação, de estresse, de pressão e de frustração de uma maneira bastante generalizada.

A organização predominante do trabalho, pautada no modelo de acumulação flexível, exige uma maior participação do trabalhador, surgem novas técnicas de gestão, como o incentivo ao trabalho em equipe, no qual o trabalhador passa a ter uma relativa autonomia, e assim se sente mais responsável pelos objetivos da empresa, dedicando-se mais. Ainda que haja um discurso de incentivo à cooperação e integração entre os trabalhadores, há uma ênfase maior no desempenho individual, tendo por base projetos e metas que, embora devam ser realizados em equipe, são avaliados individualmente. O trabalho em equipe é uma maneira mais sutil de garantir o controle, já que atingir uma meta significa ganhar um aumento ou alguma comissão, o que resulta em uma autorregulação pelos trabalhadores das atividades a serem desenvolvidas.¹⁵³ Dessa forma, é criado um ambiente muito mais competitivo do que no modo de produção fordista/taylorista, sob o qual o trabalhador dificilmente tinha chances de crescimento dentro da empresa - além de desempenhar uma atividade que era responsabilidade apenas sua, requerendo apenas respeitar o protocolo imposto.

Além disso, a lógica da flexibilidade no mundo do trabalho, transforma-o em um espaço de grande dinamismo, diante da necessidade de adaptação rápida às novas demandas. Tudo é pensado a curto prazo, e portanto é natural que a mobilidade seja permanente, o que cria um eficiente mecanismo de controle: o medo da demissão. Ao contrário do que ocorria no modelo de produção anterior à crise da década de 1970 (sob o modelo do Estado de Bem-Estar Social), no qual o trabalhador raramente mudava de emprego, após a reestruturação produtiva o desemprego tornou-se estrutural e essencial para o sucesso do toyotismo, tendo em vista que a exclusão da mão-de-obra não qualificada do mercado de trabalho permite que surja um mercado de trabalho paralelo, formado pela subcontratação, terceirização, trabalho informal, escravo e infantil, o que gera a possibilidade de contornar os direitos trabalhistas e intensificar a exploração do trabalhador. E, por outro lado, o medo de

¹⁵³ HORST, A. C.; CAVALLET, L. H. R.; PIMENTA, S. de O.; SOBOLL, L. A. Os vínculos frágeis no capitalismo flexível e o sequestro da subjetividade. In: FERRAZ, D. L. da S.; OLTRAMARI, A. P.; PONCHIROLLI, O. (Orgs). **Gestão de pessoas e relações de trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011, p. 52-55.

sair do mercado de trabalho *oficial*/faz com que os trabalhadores tornem-se muito mais dedicados, criativos e competitivos.

Trata-se de um sistema perfeito de manipulação das subjetividades humanas: enquanto no taylorismo/fordismo a forma de controle do aspecto subjetivo do trabalho envolvia o aniquilamento deste, já que no modelo não havia espaço para a subjetividade do trabalhador, no toyotismo a subjetividade e criatividade do indivíduo são usadas em prol do crescimento da empresa. A ideologia predominante do individualismo e do consumo cria no ser humano a crença que o sucesso está na organização do trabalho, e que conquistá-lo depende apenas de seu esforço. “O fracasso é o grande tabu moderno”¹⁵⁴, segundo Sennet, e o conceito de fracasso está diretamente relacionado à capacidade do trabalhador de desenvolver ou não uma carreira profissional.

O desemprego é a chave da reestruturação do capital. O medo do fracasso faz com que o sentido da vida humana seja o sucesso, para que se mantenha com emprego e assim mantenha a vida de consumo, o qual só será alcançado com uma qualificação bastante ampla e variada, capacidade de rápida adaptação e a valorização do *eu* em detrimento do *nós*. A lógica é *cada um por si*, apesar do trabalho em equipe, o sucesso alheio pode significar um risco para sua própria carreira. O reflexo disso é a superficialidade dos vínculos e o desvirtuamento do caráter leal e de companheirismo, tendo em vista que essa postura dentro do ambiente empresarial pode significar a sua derrota.¹⁵⁵

Durante toda a história do proletariado no século XX, a rivalidade era entre o patrão e os trabalhadores, o que permitia que estes criassem um vínculo entre si, um ideal em comum de melhorias das condições de trabalho, isto fortificava os sindicatos. Com o advento da gestão flexível, a rivalidade passa a ser entre os próprios trabalhadores, o que impede um senso de coletividade. A flexibilidade, a intensa mobilidade, o foco no curto prazo, não propicia espaços para a constituição de vínculos fortes e duradouros. A consequência disso é que o indivíduo fica cada vez mais voltado para si mesmo, para a sua autoconstrução. No entanto, essa

¹⁵⁴ SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. 17.ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2012, p. 141.

¹⁵⁵ HORST, A. C.; CAVALLET, L. H. R.; PIMENTA, S. de O.; SOBOLL, L. A. Os vínculos frágeis no capitalismo flexível e o sequestro da subjetividade. In: FERRAZ, D. L. da S.; OLTRAMARI, A. P.; PONCHIROLLI, O. (Orgs). **Gestão de pessoas e relações de trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011, p. 56-59.

autoconstrução tem como foco o sucesso profissional, o que implica na adoção das metas da empresa como se fossem metas individuais. O trabalhador não percebe isso, porque existe toda uma ideologia construída pelo capital que será propagada pela educação, pela mídia, pelas próprias empresas. Há um discurso de sedução e coerção psicológica que atrai os indivíduos a aceitarem essa lógica como se ela fosse natural. Segundo Gennari,

[...] o sujeito cai numa armadilha mortal: não pode manifestar abertamente seu descontentamento e suas reservas para não se tornar estranho ao contexto em que está inserido, deixa de perceber a verdadeira razão de seu sofrimento psíquico e passa de uma atitude de submissão forçada a uma de satisfação na própria submissão por acreditar que vinculando o seu destino ao da empresa ele pode realmente concretizar seus desejos e realizar a si próprio. Sem perceber, ele adere a uma espécie de servidão voluntária.¹⁵⁶

Ressalta-se aqui, contudo, que o taylorismo/fordismo não eram modelos de organização melhores do que o toyotismo. A situação do trabalhador operário era bastante precária também e a ausência de sentido no trabalho era latente, já que o trabalhador era basicamente considerado um fator de produção sem subjetividade. Além de que, ainda que o sindicalismo fosse mais forte, tinha um caráter extremamente burocrático. O toyotismo, conforme vimos no primeiro capítulo, é apenas o desenvolvimento do taylorismo/fordismo, não se trata de uma ruptura, mas sim do avanço de estratégias que permitam a maior acumulação de capital.

Sob a insígnia do sucesso, o capital submete o sujeito aos seus interesses como se fossem do próprio sujeito. O plano de carreiras das empresas torna-se o caminho que estrutura sua vida, subir de nível representa a superação pessoal. No entanto, o nível máximo que o trabalhador pode alcançar é também a sua máxima submissão à organização. A sociedade capitalista estrutura-se de modo a despertar sonhos e desejos que justifiquem a ambição por um nível cada vez mais alto na carreira profissional.¹⁵⁷

Com a reestruturação produtiva, a subjetividade do trabalhador, segundo Alves¹⁵⁸, é *capturada*, no entanto enfatiza que essa captura não ocorre de fato, já que se trata apenas de um jogo de manipulação, com mecanismos coercitivos e de

¹⁵⁶ GENNARI, Emilio. **Da alienação à depressão: caminhos capitalistas da exploração do sofrimento**, 2. ed., p. 21.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 22.

¹⁵⁸ ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2. ed. Londrina: Práxis, 2007, p. 187-190.

consentimento, mas é um processo contraditório por natureza, pois afeta a dimensão física e psíquica do trabalhador. O capital para conseguir que a subjetividade do indivíduo seja utilizada em prol dos seus interesses, precariza não só o mundo do trabalho, mas também o mundo da vida. Através da política neoliberal, há “a corrosão da esfera pública e a vigência dos valores mercantis e do individualismo de mercado, ela contribui para a precarização da reprodução social”¹⁵⁹. Portanto o que ocorre é a extensão da lógica neoprodutivista do toyotismo à vida social, que é manipulada pelos valores de mercado. A subjetividade humana, determinada por um sistema em que o foco é suprir as necessidades do capital, torna-se, portanto, alucinada, “atingida pelo estresse, imersa nesta implicação contraditória da relação-capital”¹⁶⁰.

De acordo com o referido autor, os elementos mediativos de captura da subjetividade do trabalhador sob o predomínio do toyotismo são: as novas formas de pagamento, como salário por antiguidade, bônus de produtividade e participação nos lucros e resultados, contribuindo para que o trabalhador intensifique seu trabalho para que obtenha uma maior produtividade e assim receba mais por isso; as equipes de trabalho e engajamento estimulado, em que há uma pressão coletiva por parte de todos os membros da equipe, além de que se exige uma interação forçada entre os trabalhadores; e o precário mundo do trabalho que é legitimado pelo medo do desemprego, assim *aceita-se qualquer condição de trabalho, pois ter um trabalho é melhor do que não tê-lo*.¹⁶¹

Portanto, é preciso compreender o trabalho capitalista como central na vida humana. Os valores, sonhos e expectativas do sujeito contemporâneo são determinados de modo que a acumulação perpétua do capital mantenha-se cada vez mais eficiente. A lógica mercadológica insere-se de tal modo na vida privada que os conselhos para o bom empreendedorismo tornam-se conselhos para todos os ramos da vida. A ideologia do capital manifesta-se por diversos meios, o que é cada vez mais expandido com as inovações tecnológicas. Os intensos fluxos de informações e a necessidade de sempre estar *se melhorando*, investindo no seu currículo e conhecimento fazem com que o tempo livre seja apenas uma extensão do trabalho. O discurso motivacional, voltado para o alcance do sucesso e da riqueza torna-se

¹⁵⁹ ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Práxis, 2007, p. 190.

¹⁶⁰ *Ibidem*, p. 191.

¹⁶¹ *Ibidem*, p. 191-198.

predominante através de livros de autoajuda, normalmente escritos por grandes empreendedores. Não se adaptar a essa vida representa sinais de fraqueza, incapacidade, preguiça.

Diante disso, surgem novos coletivos de trabalhadores. As três últimas gerações de trabalhadores estão imersas em valores completamente diferentes. Os mais antigos, se constituíram como trabalhadores na época em que o taylorismo/fordismo estava em vigência, portanto o ambiente de trabalho era marcado pela disciplina, obediência, lealdade, rotinização, hierarquia funcional, coação, sindicalização, etc. Já a classe trabalhadora dos períodos da década 1980 e 1990 no Brasil, constitui-se num período de transição, que ainda preserva alguns laços do passado, porém já com ideais de flexibilização e empreendedorismo. Enquanto, a última geração, formada pelos jovens de hoje, representa a ruptura com as experiências passadas, que eram marcadas pela coletividade e por lutas políticas dentro do trabalho, são educados na lógica da autonomia, versatilidade, criatividade, flexibilidade, empreendedorismo, etc¹⁶². Com a intensificação da acumulação flexível, surgem as demissões em massas, a desvalorização do trabalhador com mais experiência profissional e a preferência pelos novos profissionais. O espaço para os que não se adaptam e para os que não tem condições de se autoqualificar é o desemprego, que gera um mundo de trabalho extremamente precário.¹⁶³

Verifica-se, portanto, que o indivíduo que consegue se manter na organização do trabalho renuncia a si mesmo para perseguir os objetivos da empresa, os quais quando alcançados, não trazem de fato satisfação pessoal. É justamente quando se alcançam as metas da empresa, quando o trabalhador sente-se responsável pelos altos índices de produtividade e lucro que a empresa conquistou é que o trabalho estranhado se externaliza, porque não há vitórias pessoais para o trabalhador.¹⁶⁴ Ele conquistou objetivos que beneficiam outrem, não ele. Ele colaborou na construção de uma empresa que não é dele, que o lucro não é dele, em que os benefícios conquistados são desproporcionais com o esforço empenhado para cumprir com suas

¹⁶² BATISTA, Analia Soria; CODO, Wanderley. O trabalho e o tempo. In: JACQUES, Maria da Graça Corrêa; CODO, Wanderley. (Orgs.). **Saúde mental & trabalho: leituras**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 401-420.

¹⁶³ ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2. ed. Londrina: Práxis, 2007, p. 198-202.

¹⁶⁴ GENNARI, Emilio. **Da alienação à depressão: caminhos capitalistas da exploração do sofrimento**, 2. ed., p.

metas (que não são dele). E, por outro lado, há os incapazes, que são excluídos do mercado de trabalho por já nascerem fracassados ou por já não servirem mais.

Sendo assim, o que permeia esse novo mundo do trabalho é uma insatisfação generalizada da classe trabalhadora independentemente da sua situação social. No novo modelo de gestão, no entanto, não há espaço para o sofrimento e, muito menos, para o adoecimento. O medo de ser jogado para o mundo do desemprego faz com que os trabalhadores aceitem essa situação de exploração e o desejo do sucesso faz com que eles mesmo se auto explorem. Como dito antes, os princípios do mercado de trabalho estendem-se aos princípios da vida, logo, a competição exacerbada, a ambição de crescimento, de se destacar em relação aos outros, de não ser um fracasso, do pensamento a curto prazo corrompem os vínculos sociais, os quais se tornam fragilizados de modo a consolidar cada vez mais o individualismo.

Os ritmos intensos de trabalho, a fragilização dos vínculos sociais, a percepção de que quanto mais se dedica, menos tempo se tem para usufruir do mundo fora do trabalho são fatores que colaboram para que essa situação mantenha-se. Torna-se um ciclo vicioso, trabalha-se para crescer na vida, para assim se ter condições de alcançar todos os desejos humanos, no entanto, a felicidade torna-se como uma miragem no deserto. Abdica-se do prazer imediato, para que se alcance mais prazer no futuro. A frustração, a insatisfação e a tristeza, desse modo, são inevitáveis, as quais podem desembocar numa depressão. Pois como visto antes, ainda que haja uma dificuldade de saber a causa da depressão, que segundo o DSM-IV decorre normalmente de um estressor psicossocial, é evidente que a atual condição social do ser humano é fonte de várias contradições e sofrimento. Os interesses humanos não estão em jogo, ou melhor, são manipulados para que caminhem na mesma direção dos interesses do capital e toda a estrutura social é construída para garantir essa manipulação.

Partindo da compreensão acima exposta acerca do mundo de trabalho contemporâneo, estudar a depressão no âmbito laboral dentro da sociedade atual exige muito mais do que uma análise de sintomas e de nexos causais. Para isso é preciso retomar alguns elementos já tratados no decorrer do presente trabalho.

Primeiramente, é preciso compreender que o processo saúde-doença não pode ser desvinculado do seu caráter histórico e social. Tratar a doença como essencialmente biológica é reflexo da ideologia predominante. Na sociedade capitalista, o conceito de doença centrado na biologia individual, na verdade, possui

um caráter estritamente social, qual seja, que doença e incapacidade para trabalhar estão diretamente relacionados. Isto porque a doença como incapacidade para trabalhar permite que toda a estrutura da saúde esteja relacionada com a economia, de modo que se garanta a mais-valia e a acumulação do capital, já que o âmbito da saúde se manterá focada na capacidade de trabalhar ou não, pois, como vimos antes, é do trabalho humano que advém o excedente do capital.¹⁶⁵

Diante disso, a medicina não pode ser entendida como uma ciência neutra, desvinculada do social. Ela, assim como o conceito de doença, é social e histórica. Tanto a medicina clínica, quanto a epidemiológica não partem de estudos coletivos do processo saúde-doença, a primeira entende a doença como processo biológico do indivíduo e a segunda, como um desequilíbrio entre o hóspede e o ambiente. No entanto, é necessário estudar o processo saúde-doença a partir de coletividades sociais, pois isto permite que se compreenda as características básicas dos aspectos biológicos individuais de determinado grupo social. Portanto, dentro do processo saúde-doença não será estudado nem apenas o biológico, nem apenas o social, mas sim ambos, considerando que o social determina o biológico.¹⁶⁶

Sendo assim, entender a depressão como um conjunto de sintomas determinados por um manual de diagnóstico de transtorno mental impede de a entendermos como um processo social e de a tratarmos como tal. Além do que, ao considerarmos as doenças apenas decorrente de processos biológicos individuais, transferimos a responsabilidade pela doença ao próprio sujeito doente. No entanto, tratá-la como decorrente das condições de um ambiente também não permite analisarmos a depressão não só como um mal decorrente do modo de organização do trabalho, mas também como uma estratégia do sistema capitalista de excluir do mundo do trabalho qualquer fator de diminuição da produtividade e, conseqüentemente, de maior acumulação do capital.

É preciso compreender, portanto, que o processo saúde-doença é uma determinação social, o que implica que a depressão hoje ela não necessariamente é a mesma depressão do que na Grécia Antiga, e isto não decorre do desenvolvimento da medicina, mas sim de mudanças sócio-históricas. Conforme mencionado acima, o

¹⁶⁵ LAURELL, Asa Cristina. **A saúde-doença como processo social**. Tradução de: NUNES, Everardo Duarte. 1982. Tradução de: La salud-enfermedad como proceso social. Revista Latinoamericana de Salud, México, 2, 1982, p. 1-10.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 10-13.

parâmetro hoje de doença é a incapacidade para o trabalho, na Grécia Antiga esse parâmetro poderia ser outro. Portanto, existe a possibilidade de que os sintomas de depressão sejam semelhantes as reações que os indivíduos apresentam ao estarem insatisfeitos ou tristes. Conforme mencionado no ponto sobre aspectos clínicos da depressão, seu conceito é extremamente amplo. Os altos índices de depressão dentro da sociedade e do âmbito do trabalho, a qual, segundo a OMS, será a segunda maior causa de incapacidade no trabalho até 2020¹⁶⁷, além de que, de acordo com os dados do Dataprev, em 2009, os transtornos mentais e do comportamento ocupavam o terceiro lugar em número de auxílios-doença concedidos, sendo metade referente à transtornos de humor, em que 80% é depressão¹⁶⁸, demonstram que existe relação entre depressão e trabalho.

Contudo, não necessariamente trata-se de reações patológicas, no sentido de que de fato o trabalhador entrou em um processo de anormalidade (aqui compreendida como um processo não natural). Mas sim de um processo natural de sofrimento, de insatisfação e tristeza do trabalhador, reações que naturalmente irão desencadear desânimo, fadiga, isolamento, dentre outros fatores, as quais não possuem espaço dentro de um sistema regido pela lógica do capital flexível. Tratar como doença abre a possibilidade da não necessidade de aturar um processo natural do indivíduo. A partir do momento que o sujeito é encarado como doente, ele pode ser tratado de forma diferenciada, por exemplo, pode ser afastado por incapacidade ou pode receber prescrição de remédios que permitam que o depressivo retorne ao ambiente de trabalho e recupere novamente seu ritmo de produtividade.

Os estudos acerca da saúde mental e trabalho tem um papel de extrema importância para questionar o modo como os adoecimentos psíquicos dentro do âmbito do trabalho são tratados. As quatro abordagens metodológicas apresentadas no segundo capítulo, ainda que apresentem falhas ou estejam em construção, tem cada qual a sua importância. No entanto, é preciso evitar que se caia em um subjetivismo e em um objetivismo, como fazem as teorias do estresse e da psicodinâmica do trabalho, em que a primeira foca-se apenas em meios de adaptação

¹⁶⁷ JARDIM, Sílvia. Depressão e trabalho: ruptura de laço social. **Rev. Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 36, n. 123, jun. 2011, p. 86.

¹⁶⁸ BRASIL. Ministério da Previdência Social. Ministério do Trabalho e Emprego. **Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho**. Brasília: MTE, MPS, 2006. Disponível em <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_090519-153718-038.pdf>. Acesso em: 30/10/2013.

do trabalhador ao seu trabalho e meios para controlar o estresse e a segunda parte de uma perspectiva subjetiva que o trabalhador tem do seu trabalho, focando-se mais no sofrimento e no modo como o trabalhador responde a ele. Para que o estudo da saúde mental do trabalhador tenha mais efetividade na realidade é preciso estudar e analisar a totalidade da realidade, a qual não fica adstrita apenas ao mundo do trabalho. Toda a estrutura social possui uma correlação de coerência, voltada para os interesses do capital.

Em todas as áreas de conhecimento surgirão mecanismos de manutenção do capital. Conforme vimos no segundo capítulo, a Medicina do Trabalho e a Saúde Ocupacional, ramos da saúde dedicadas aos estudos da relação entre trabalho e saúde, não visam a melhoria das condições de trabalho, mas sim adequar o ambiente de trabalho ao trabalhador e o trabalhador ao seu trabalho, um exemplo disso são as ginásticas laborais oferecidas aos trabalhadores, ao invés de mudar a organização de trabalho para que a qualidade de vida do ser humano esteja em primeiro lugar, apenas adapta o trabalhador ao seu trabalho, já que a dor nas costas será “inevitável”.

Assim como a Medicina, o Direito também será utilizado como mecanismo de proteção aos interesses do capital. A depressão como doença do trabalho gera algumas consequências jurídicas, que apesar de serem benéficas para o trabalhador, contribuem para a manutenção de um mundo do trabalho exigente e precário, as quais serão tratadas no próximo capítulo.

5 CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA DEPRESSÃO NO TRABALHO

Apenas no final do século XIX na Europa, que surgem as primeiras leis referentes à reparação de danos causados por acidentes e doenças no interior do ambiente de trabalho. No Brasil, é em 1919 que é aprovada a primeira lei sobre acidentes do trabalho, e desde já as doenças provocadas pelo trabalho eram equiparadas a acidentes do trabalho. A partir da década de 1930, há o avanço da Medicina do Trabalho, através de inspetores-médicos do trabalho e nos cursos de medicina. E com a criação da FUNDACENTRO, em 1966, iniciam-se os estudos do campo da saúde ocupacional.¹⁶⁹

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a saúde do trabalhador é consagrada como um direito social, que deve ser garantida por meio de normas de saúde, higiene e segurança. Através da Portaria n. 3214/78, o Ministério do Trabalho editou normas regulamentadoras de segurança e proteção do trabalhador. Assim como a Portaria 1.339/99, “apresenta os princípios norteadores utilizados no Brasil para o diagnóstico das doenças relacionadas ao trabalho e tem um capítulo dedicado aos chamados “transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho””.¹⁷⁰

As doenças ocupacionais, com o advento da Lei nº 8.213/91, foram subdivididas em doenças profissionais e doenças do trabalho, sendo que ambas podem ser consideradas acidente do trabalho. Segundo Sebastião Geraldo de Oliveira, as primeiras estão relacionadas à atividade do trabalhador, em que o nexo causal é presumido, tendo em vista que a origem da doença está diretamente relacionada ao trabalho, como, por exemplo, os trabalhadores de uma mineradora que devido à constante exposição ao pó de sílica são acometidos de silicose. Enquanto as doenças do trabalho decorrem das condições específicas do ambiente de trabalho e não de uma determinada profissão, nesse caso não há presunção do nexo causal, havendo a necessidade de comprovação de que a doença surgiu devido às condições especiais da atividade laborativa, exemplos desse caso seria a LER/DORT.¹⁷¹

¹⁶⁹ TEIXEIRA, Sueli. A depressão no meio ambiente do trabalho e sua caracterização como doença do trabalho. **Revista Trib. Reg. Trab. 3ª Reg.**, Belo Horizonte, v. 46, n. 76, jul/dez. 2007, p. 33-34.

¹⁷⁰ *Ibidem*, p. 34-35.

¹⁷¹ OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. **Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador**. São Paulo: LTr, 1996, p. 317-319.

As doenças ocupacionais estão relacionadas no Anexo II do Decreto 3.048/99, sendo este o atual regulamento da Previdência Social. Ressalta-se que a relação das doenças profissionais e do trabalho tem caráter exemplificativo e não exaustivo. O Brasil adota a classificação de Schilling para as doenças relacionadas ao trabalho, as quais são distribuídas em três grupos, sendo o primeiro referente as doenças legalmente reconhecidas, em que o trabalho aparece como causa necessária, como exemplo estão as doenças profissionais e as intoxicações agudas de origem ocupacional. No grupo II, o trabalho aparece apenas como fator contributivo, mas não necessário, exemplificado por doenças comuns, como câncer e hipertensão arterial. E no grupo III, o trabalho aparece como provocador de um distúrbio latente ou como um agravador de uma doença já estabelecida ou preexistente, seria os casos de concausalidade, como asma e doenças mentais. Os grupos II e III, referem-se às doenças causadas por múltiplos fatores de risco. E o grupo I refere-se às doenças em que a relação causal é direta e imediata.¹⁷²

Feito esta breve introdução acerca dos aspectos jurídicas da saúde do trabalhador, trataremos especificamente dos efeitos legais que a depressão dentro do ambiente de trabalho pode gerar.

5.1 DEPRESSÃO COMO DOENÇA DO TRABALHO

A depressão pode ser equiparada à acidente do trabalho, pois pode se configurar como doença do trabalho, desde que comprovado o nexo causal. No Anexo II do Decreto n. 3.048/99, há um grupo referente apenas à transtornos mentais e do comportamento, no entanto, especificamente em relação à depressão, a vinculação desta com o ambiente do trabalho está associada à exposição de algumas substâncias químicas tóxicas, tais como brometo de metila, sulfeto de carbono e outros solventes neurotóxicos. Nesse caso, os episódios depressivos podem ser enquadrados no grupo I da Classificação de Schilling, mencionada acima, portanto, o

¹⁷² Ministério da Saúde. **Doenças relacionadas ao trabalho**: Manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília, DF: MS, 2001, p. 28.

trabalho pode ser considerado causa necessária da depressão, desde que excluídas causas não-ocupacionais.¹⁷³

De acordo com Fernanda Moreira Abreu¹⁷⁴, ainda que não haja previsão expressa da depressão enquanto doença do trabalho quando desencadeada por fatores psicossociais, é possível equipará-la às outras situações previstas no grupo de transtornos mentais, tais como alcoolismo crônico, estado de estresse pós-traumático, neuroses profissionais e Síndrome de Burnout ou de esgotamento profissional. Para estes casos, problemas relacionados com o emprego e desemprego, condições difíceis de trabalhos e circunstâncias relativa às condições de trabalho, como assalto no trabalho ou grave acidente no trabalho, ameaça de perda de emprego, ritmo de trabalho penoso, má adaptação à organização do horário de trabalho, etc., são fatores de riscos que contribuem para o desencadeamento das referidas doenças, podendo ser estendidos para a depressão.

Ressalta-se, portanto, que de acordo com a legislação brasileira e o manual de doenças relacionadas com o trabalho do Ministério da Saúde, a depressão, tirando os quadros decorrentes de solventes neurotóxicos, pertence aos grupo II e III de Schilling, referente às doenças desencadeadas por fatores multicausais, havendo, portanto, a necessidade de comprovação do nexo causal, o qual será investigado por peritos médicos. Para regulamentar em quais parâmetros o nexo causal deve ser estabelecido, o Conselho Federal de Medicina editou a Resolução nº 1.488/98, a qual estabelece:

Art. 2º - Para o estabelecimento do nexo causal entre os transtornos de saúde e as atividades do trabalhador, além do exame clínico (físico e mental) e os exames complementares, quando necessários, deve o médico considerar:

I - a história clínica e ocupacional, decisiva em qualquer diagnóstico e/ou investigação de nexo causal;

II - o estudo do local de trabalho;

III - o estudo da organização do trabalho;

IV - os dados epidemiológicos;

V - a literatura atualizada;

VI - a ocorrência de quadro clínico ou subclínico em trabalhador exposto a condições agressivas;

VII - a identificação de riscos físicos, químicos, biológicos, mecânicos, estressantes e outros;

VIII - o depoimento e a experiência dos trabalhadores;

IX - os conhecimentos e as práticas de outras disciplinas e de seus profissionais, sejam ou não da área da saúde.

¹⁷³ ABREU, Fernanda Moreira de. **Depressão como doença do trabalho e suas repercussões jurídicas**. São Paulo: LTr, 2005. p. 56.

¹⁷⁴ *Idem*.

Tratam-se de requisitos bastantes minuciosos, que contribuem para uma maior precisão dos laudos periciais. No entanto, conforme aponta Oliveira, “nem a ciência jurídica ou a medicina trabalham com exatidão rigorosa dos fatos como ocorre nos domínios das ciências exatas”¹⁷⁵, o que implica, na maior parte dos casos, na impossibilidade de uma conclusão certa acerca da origem do adoecimento do trabalhador. Diante disso, na maioria das vezes, o nexo causal é reconhecido com base na probabilidade, em que será aferido através da descrição da doença.¹⁷⁶

A demonstração do nexo causal tem como objetivo assegurar os direitos previdenciários do trabalhador e a possibilidade de responsabilização civil do empregador, ensejando direito à indenização. Ademais, conforme art. 21, inciso I, existe a possibilidade de concausalidade, em que será equiparado ao acidente de trabalho a ocorrência de acidente ligado ao trabalho que, mesmo não sendo a única causa, tenha contribuído diretamente para a morte do segurado, redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que requeira cuidados.¹⁷⁷

Para o recebimento dos benefícios previdenciários é necessário seguir um procedimento técnico-administrativo, o qual consiste, primeiramente, na comunicação à autoridade competente do acidente do trabalho por parte da empresa até o 1º dia útil seguinte à data da ocorrência do acidente, no caso da depressão, do início da incapacidade laborativa, ou da segregação compulsória, ou do dia em que foi realizado o diagnóstico.¹⁷⁸ Caso a empresa não efetue a comunicação, esta poderá ser formalizada pelo próprio acidentado, seus dependentes, entidade sindical competente, médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública.¹⁷⁹ A comunicação será realizada através da CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho), que deve ser encaminhada ao INSS. Caso não tenha ocorrido afastamento do trabalho após o acidente de trabalho, a CAT servirá apenas como fonte estatística e não haverá necessidade de avaliação pelos peritos. Caso haja afastamento do trabalho por mais

¹⁷⁵ OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. **Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional**. 4. ed. São Paulo: Ltr, 2008. p. 137-138.

¹⁷⁶ ABREU, Fernanda Moreira de. **Depressão como doença do trabalho e suas repercussões jurídicas**. São Paulo: LTr, 2005. p. 58.

¹⁷⁷ BRASIL, Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, art. 21, I.

¹⁷⁸ ABREU, Fernanda Moreira de. *Op cit.*, p. 59.

¹⁷⁹ BRASIL, Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, art. 23.

de 15 (quinze) dias, conforme explica Abreu, o enfermo deverá ser avaliado pela perícia do INSS, para ser verificada a existência do nexo causal, se há incapacidade e o tempo aproximado que o empregado ficará incapacitado para o trabalho.¹⁸⁰

5.2 DIREITOS DO EMPREGADO DEPRESSIVO

Configurado o nexo de causalidade ou de concausalidade entre o trabalho e a depressão, o empregado acometido da doença terá direito de receber prestações previdenciárias, entre elas estão o auxílio-doença, o auxílio-acidente, a aposentadoria por invalidez e a pensão por morte. Ademais, poderá ajuizar ação trabalhista para requerer a responsabilização da empresa pelos danos que lhe foram causados com a depressão através de indenização por danos morais, em que o juiz pode solicitar avaliação por perito judicial.

O auxílio-doença é substitutivo do salário do empregado, é pago nos casos de incapacidade temporária por mais de 15 dias consecutivos. O contrato de trabalho durante os primeiros 15 dias de afastamento é interrompido, sendo dever da empresa pagar pelas verbas trabalhistas desses dias, já a partir do 16º dia de afastamento o empregado terá direito ao auxílio-doença e a empresa não precisará mais contar o tempo de serviço e pagar o salário do trabalhador adoecido. O benefício será encerrado quando o empregado recuperar sua capacidade de trabalhar ou quando houver a alteração para aposentadoria por invalidez.¹⁸¹

O auxílio-acidente tem natureza indenizatória, não substitui o salário e é provisório. É devido após a ocorrência de dano ao trabalhador, devendo este ter acarretado em perda ou redução da capacidade laboral. A concessão do benefício cessa apenas com a aposentadoria do empregado, sendo que será mantida caso retorne ao trabalho ou passe a receber outro tipo de benefício previdenciário, que não aposentadoria. Trata-se de um benefício difícil de ser concedido ao trabalhador

¹⁸⁰ ABREU, Fernanda Moreira de. Depressão como doença do trabalho e suas repercussões jurídicas. São Paulo: LTr, 2005. p. 59-60.

¹⁸¹ *Ibidem*, p. 61-62.

depressivo, isto porque é difícil mensurar a perda da capacidade de trabalhar de uma pessoa acometida por depressão.¹⁸²

A aposentadoria por invalidez “será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição”.¹⁸³ O aposentado por invalidez é obrigado a submeter-se a exames médico-periciais, realizados bienalmente, conforme art. 46, do Decreto n. 3.048/99.

A pensão por morte é o benefício pago aos dependentes em caso de falecimento do segurado. No caso da depressão, esta tem sido responsável pela morte de inúmeras pessoas através do suicídio, conforme mencionado anteriormente. Trata-se de um tema polêmico, que não será aprofundado no presente trabalho.

Em caso de não haver configuração de nexo causal entre a depressão e o trabalho, se houver afastamento por até 15 dias, a empresa ficará responsável pelo pagamento dos dias que o empregado ficou afastado conforme o número de dias declarado incapacitado para o trabalho no atestado médico. Se o trabalhador ficar afastado por 16 dias ou mais, o INSS realizará perícia médica e, se julgado procedente, avaliará o tipo de benefício a ser concedido, que englobará os benefícios não relacionados com o trabalho, tais como, por incapacidade temporária e aposentadoria por invalidez.¹⁸⁴ Além disso, não há recolhimento do FGTS correspondente ao período de afastamento e o empregado perde o direito à estabilidade provisória de um ano após a alta previdenciária, prevista no art. 118, da Lei n. 8.213/91, em que o segurado que sofreu acidente de trabalho ou situação equiparativa tem direito a manutenção do seu contrato de trabalho, por um prazo de no mínimo 12 meses, após a cessação do auxílio-doença.¹⁸⁵

Em caso de ajuizamento de ação trabalhista para requerer indenização por danos morais, o juiz requererá nova perícia, a qual será realizada por um perito judicial nomeado pelo juiz. Além de que tem que restar comprovada a responsabilidade do

¹⁸² ABREU, Fernanda Moreira de. **Depressão como doença do trabalho e suas repercussões jurídicas**. São Paulo: LTr, 2005. p. 63-64.

¹⁸³ BRASIL, Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. art. 42.

¹⁸⁴ ABREU, Fernanda Moreira de. *Op. cit.*, p. 60-61.

¹⁸⁵ TEIXEIRA, Sueli. A depressão no meio ambiente do trabalho e sua caracterização como doença do trabalho. **Revista Trib. Reg. Trab. 3ª Reg.**, Belo Horizonte, v. 46, n. 76, p. 27-44, jul/dez. 2007, p. 41.

empregador. No caso da depressão e de problemas psicológicos, têm havido muitos casos sendo julgados procedentes em ambientes de trabalho que há a configuração do assédio moral organizacional. Confira-se alguns julgados:

EMENTA: ADMINISTRAÇÃO POR ESTRESSE - DANO MORAL. A adoção de estratégias empresariais agressivas, baseadas no cumprimento de metas elevadas, aliadas a imposição de jornadas exaustivas, sob a constante ameaça da perda do emprego, com a submissão dos trabalhadores a intensa pressão psicológica, vem sendo classificada pela doutrina como “ADMINISTRAÇÃO POR ESTRESSE” ou assédio organizacional, técnica gerencial voltada exclusivamente a obtenção do lucro, em prejuízo da dignidade humana dos empregados, representando uma espécie de assédio moral coletivo, por afetar, indistintamente, um grupo de empregados, expondo-os a um meio-ambiente de trabalho degradado pelas constantes humilhações praticadas pelos superiores hierárquicos. Recurso ordinário conhecido e parcialmente provido. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso ordinário, [...] acordam os desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, por unanimidade, conhecer do recurso e, no mérito, por maioria, dar-lhe provimento parcial, nos termos deste voto.¹⁸⁶

EMENTA: ASSÉDIO MORAL ORGANIZACIONAL. ADMINISTRAÇÃO POR ESTRESSE. PRÁTICA GENERALIZADA, OFENSIVA AOS DIREITOS DE PERSONALIDADE DOS EMPREGADOS, VISANDO INCREMENTO DOS LUCROS. PRENDAS VEXATÓRIAS AOS VENDEDORES QUE PRODUZISSEM MENOS. CARACTERIZAÇÃO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DEVIDA. QUANTUM REDUZIDO. O assédio moral organizacional, ou administração por estresse, se diferencia do assédio moral clássico (interpessoal) por caracterizar prática generalizada da empresa, ofensiva aos direitos de personalidade dos empregados, visando os lucros. Se a empresa estabelece ou, da mesma forma, se é conivente com o estabelecimento de prendas vexatórias aos empregados que produzem menos, está caracterizado o assédio moral organizacional, sendo devida indenização mesmo ao empregado que, concretamente, não teve que “pagar prenda”, pois se sujeitou a ambiente de trabalho hostil, sofrendo pressão psicológica inadmissível. Contudo, a circunstância do reclamante não ter sido vítima direta das “prendas” implica em redução do quantum indenizatório. Recurso ordinário conhecido e parcialmente provido.¹⁸⁷

Diante do exposto, verifica-se que existe um aparato legal que permite que o empregado depressivo não fique desamparado dos seus direitos, caso a depressão configure relação causal com o trabalho. No entanto, é importante ressaltar que os direitos previdenciários aqui descritos exigem que o trabalho seja formal e que tenha existido contribuições previdenciárias por um período mínimo de carência para que se

¹⁸⁶ MARANHÃO. Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região. Recurso Ordinário nº 00880-2008-015-16-00-1. Rel. José Evandro De Souza. Data de publicação: 12/03/2010.

¹⁸⁷ MARANHÃO. Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região. Recurso Ordinário nº 00743-2008-001-16-00-4. Rel. José Evandro De Souza. Data de publicação: 28/04/2010.

obtenha o direito de receber os benefícios. Em trabalhos informais, a própria configuração das condições de trabalho é mais difícil.

5.3 UMA ANÁLISE CRÍTICA AOS DIREITOS GARANTIDOS AO TRABALHADOR EM DEPRESSÃO

O pensamento médico dominante ainda é pautado nos modelos da causalidade e, conforme tratamos acima, essa lógica mantém-se no âmbito das perícias judiciais e previdenciárias. A depressão é tratada como uma doença multicausal, ou seja, decorrente de vários fatores de riscos e, muitas vezes, desconsideram-se as causas da doença, pois parte de uma percepção agnóstica da realidade, no sentido que é impossível conhecer a essência das coisas, conforme explica Laurell. Diante disso, a realidade é reduzida a uma série de fatores de risco que atuam de maneira igual na saúde do trabalhador. No caso da depressão, verifica-se que para a configuração do nexo de causalidade da depressão com o trabalho, é preciso que este apresente condições especiais. Sendo assim, a depressão é encarada como decorrente dos fatores específicos da organização do trabalho que o depressivo está inserido, tal como assédio moral organizacional.

A despeito de existir teorias no campo da saúde mental e trabalho ou psicopatologia do trabalho que mesclam o estudo de fatores objetivos, subjetivos e intersubjetivos, mantém-se uma lógica bastante objetiva nas perícias judiciais, que buscam fatores que extrapolem a normalidade no âmbito de um trabalho. Longe de se buscar fazer uma pesquisa jurisprudencial, apresentamos apenas alguns exemplos de decisões judiciais acerca da depressão:

EMENTA: LOMBALGIA, DEPRESSÃO E SÍNDROME DO PÂNICO. DOENÇAS DO TRABALHO. NÃO COMPROVAÇÃO. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. A doença do trabalho, entendida como tal aquela adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado, nos termos do inciso II do art. 20 da Lei nº 8.213/91, pressupõe demonstração do nexo de causalidade ou concausalidade com a atividade desenvolvida pelo empregado. O Perito verificou que a "lombalgia" e as "doenças psiquiátricas" não estão relacionadas com as atividades exercidas pela obreira (auxiliar de escritório), porquanto aquela é de origem degenerativa e estas são multifatoriais. Portanto, ausente prova de nexo

causal entre a atividade laboral e a moléstia alegada, resta improvido o pleito inicial. Recurso da Autora a que se nega provimento, no particular.¹⁸⁸

EMENTA: DEPRESSÃO - LAUDO QUE NÃO ATESTA NEXO DE CAUSALIDADE - NÃO CARACTERIZAÇÃO DE DOENÇA DO TRABALHO: Devidamente realizada a prova técnica, se no laudo consta que os "problemas psicológicos" da recorrente "Podem ser causados por fatores genéticos hereditários, fatores bioquímicos, fatores ocupacionais, biológicos ou mesmo sem causa aparente" e que "As causas da depressão não são muito bem definidas", não há como se reconhecer comprovado o imprescindível nexo de causalidade entre a depressão da autora e o trabalho prestado em prol da ré. A etiologia multicausal atestada - seguindo, pois, a regra geral sobre este tipo de doença - não se equipara nem é suficiente, para fins de indenização, à concausa referida na Lei 8213/91, artigo 21, I, já que a concausa não dispensa a presença da causa de origem ocupacional, ou seja, a própria concausa deve ter uma relação direta e determinante ao aparecimento/desenvolvimento da doença, o que não se verifica na espécie, em que o laudo pericial não estabelece, de forma minimamente segura, o nexo entre a doença com labor. Doença do trabalho não caracterizada. Indenização por danos morais e materiais indevida. Sentença mantida.¹⁸⁹

As jurisprudências acima demonstram como tratar a depressão como multicausal é pressuposto para nunca atribuir causa a ela, desonerando assim a organização do trabalho de culpa, tendo em vista que fatores individuais e da vida privada do trabalhador podem ter influências na decorrência da depressão. No entanto, se por acaso fosse detectado que a reclamante sofre humilhações, ameaças de demissão, possui uma excessiva jornada de trabalho, haveria possibilidade de nexo causal ou concausal, conforme visto nos julgados no ponto anterior, quando o assédio moral é explícito.

Não se pretende aqui criticar os avanços do Direito e da Justiça do Trabalho. A possibilidade de tratar o adoecimento psíquico como doença do trabalho já é uma vitória para a classe trabalhadora, que infelizmente sempre tem que se contentar com o mínimo. O que importa ressaltar aqui é que o Direito do Trabalho não consegue superar a própria lógica em que está inserido, sendo utilizado como mecanismo para manutenção do sistema capitalista.

Verifica-se dentro do Direito do Trabalho a predominância da lógica securitária e indenizatória, a qual, em primeiro lugar, implica na exclusão de grande parte dos trabalhadores, tendo em vista que há um grande número de pessoas que realizam

¹⁸⁸ PARANÁ, Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Recurso Ordinário nº 05853-2012-651-09-00-2, 7ª Turma. Relator: Ubirajara Carlos Mendes, Publicado no DEJT em 28-06-2013.

¹⁸⁹ PARANÁ, Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Recurso Ordinário nº 99502-2006-016-09-00-0, 4ª Turma. Relator: Sueli Gil El-Rafih, Publicado no DEJT em 24-06-2011.

trabalho informal ou autônomo. Essa lógica faz com que os acidentes de trabalho e suas equiparações sejam “solucionados” através de compensações financeiras e não de mudanças substanciais na organização do trabalho.

O modo de organização do trabalho atualmente, conforme já tratamos aqui, é caracterizada pela flexibilidade, projetos de curto prazo, superqualificação dos trabalhadores, os quais são “convidados” a colaborar na construção e desenvolvimento da empresa; há uma alta competitividade por medo do desemprego; além do que existe toda uma ideologia de propagação do sucesso como objetivo de vida, em que o fracasso está estritamente relacionado ao trabalho; e ainda existe uma fragilização dos vínculos sociais o que fortalece o individualismo exacerbado da nossa sociedade. Portanto, para um indivíduo inserido dentro dessa lógica de trabalho existem várias dificuldades a serem enfrentadas em caso de ser acometido pela depressão, tanto quanto à aceitação de estar adoecendo, como também por existir a possibilidade de ir ao psiquiatra por contra própria, ser receitado com antidepressivos e assim poder manter-se trabalhando. Sendo assim, verifica-se que a via administrativa e judicial é uma mera opção para o trabalhador em depressão, seus direitos serão garantidos se tomar iniciativa para tê-los garantidos.

Por outro lado, sintomas de sofrimento manifestados no interior da empresa, deixam muitas vezes gestores e trabalhadores sem saber como lidar com isso, sendo prática comum encaminhar para uma consulta médica o trabalhador que apresente comportamentos considerados anormais. Em pesquisa realizada entre 1995 e 2001, Brant e Minayo-Gomez buscaram compreender, dentro de uma empresa do setor de serviços, o caminho da transformação de manifestações de tristeza em depressão, afirmaram que

(...) a tristeza surgia como maldita, sobretudo, no meio gerencial, levando o indivíduo a sentir-se envergonhado e ao isolamento. Essa silenciosa consternação era diagnosticada como depressão. No entanto, parecia ser bem recebida pelo “paciente”, pois o peso moral da “doença” parece ser menor que o do sofrimento.¹⁹⁰

A percepção do gestor constituía elemento para caracterizar a expressão do sofrimento como problema de ordem médica. Na maioria dos casos, o trabalhador triste permanecia longos períodos absorvido pelos próprios pensamentos. Tal

¹⁹⁰ BRANT, Luiz Carlos; MINAYO-GOMEZ, Carlos. Da tristeza à depressão: a transformação de um mal-estar em adoecimento no trabalho. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 12, n. 26, set. 2008, p. 670.

concentração deixava o indivíduo, visivelmente, desvitalizado, situação interpretada como preguiça ou desânimo.¹⁹¹

Portanto, o diagnóstico da depressão é uma maneira de excluir o trabalhador que passa a ter menos produtividade da empresa, ou recuperá-la através da prescrição de remédios. Ainda que a depressão seja encarada como doença do trabalho e o empregador seja onerado financeiramente por isso, não há uma mudança no modo de organização do trabalho. E não é preciso haver assédio moral organizacional para que se perceba o sistema opressor que se criou no âmbito do trabalho com o desenvolvimento do capital. Conforme vimos anteriormente, existe hoje uma cooptação da subjetividade do trabalhador que o manipula de forma que seus interesses tornem-se os interesses do capital.

Através da legislação previdenciária e trabalhista mantém-se a precariedade do trabalho, tendo em vista que a opressão do sistema capitalista não está no ambiente de trabalho apenas, mas em toda a estrutura social. Tudo é voltado para o trabalho, pois é por meio do trabalho que o capital agrega valor. A possibilidade de aposentar antecipadamente um trabalhador considerado incapaz para o trabalho ou de mantê-lo afastado enquanto estiver inabilitado é um ótimo mecanismo de exclusão da mão-de-obra que não é útil ao capital. Sendo assim, o direito e a medicina do trabalho são mecanismos de sustentação do capital, basta ver que se mantém organizações de trabalho insalubres e a forma de compensar isso é financeiramente, tendo em vista que os interesses humanos não são mais relevantes para esta sociedade, ou melhor, só serão garantidos na medida necessária para manter a classe trabalhadora trabalhando. Pois se assim não o fosse, condições de trabalho que sejam suscetíveis a desencadear um determinado tipo de doença, deveriam ser erradicados. Mas são mantidas e oneradas apenas financeiramente.

Diante disso, a solução para o problema do adoecimento psíquico dos trabalhadores não está dentro do poder judiciário e previdenciário. Isto porque não há uma análise crítica da medicina que é aplicada nas perícias. Por isso a ausência de uma interdisciplinaridade entre diferentes ramos de estudos contribui para a aplicação de medidas acríticas na sociedade. Um juiz não tem conhecimento acerca de como anda os avanços do ramo da medicina e da psicologia para questionar a perícia

¹⁹¹ BRANT, Luiz Carlos; MINAYO-GOMEZ, Carlos. Da tristeza à depressão: a transformação de um mal-estar em adoecimento no trabalho. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 12, n. 26, set. 2008, p. 671.

psiquiátrica. Além de que o modo como o acesso à justiça é organizado privilegia a individualidade do trabalhador.

Para haver avanços nessa área não basta a existência do campo da Saúde do Trabalhador no plano teórico, em que o trabalhador é a figura central e se manter a lógica da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional na prática. Frise-se que a real solução só se dará com o fim de um sociedade centrada no capital, tendo em vista que é a partir deste que se estrutura toda a sociedade, portanto aí está a dificuldade de se afirmar que a depressão é decorrente do trabalho. Contudo, enquanto nos mantivermos nesse sociedade, a preocupação com a saúde do trabalhador de forma a romper com as lógicas anteriores de mera adequação do trabalhador, só ocorrerá com medidas legais mais eficientes, que não sejam apenas reparativas, mas preventivas, através de diminuição da jornada de trabalho, aumento do salário-mínimo, melhores condições no ambiente de trabalho, estabelecimento de metas plausíveis de serem alcançadas, combate aos mercados de trabalho *paralelos*, tais como trabalho infantil, escravo e terceirizado. O capital reestruturou-se, portanto, é preciso que o Direito do Trabalho reestruture-se também para dar conta do novo contingente que existe no mundo do trabalho.

6 CONCLUSÃO

No presente trabalho optou-se por tratar do adoecimento causado pelo trabalho e, dentro desse objeto, nosso recorte tratou apenas da depressão, tendo em vista que ela é hoje a representação máxima da tristeza, ainda que não possa ser confundida com esta, a tristeza em si tem um fator desencadeante na depressão. Além disso, ninguém irá (ou não deveria) pensar que em um mundo de depressivos o problema está em interações químicas do cérebro ou em problemas de alimentação, como se não houvesse um problema social. Traçou-se no começo desse manuscrito, como o capital é responsável pela estruturação social, que será centrada no mundo do trabalho, tendo em vista que é por meio deste que é possível sua acumulação. Diante disso, toda a estrutura social, econômica, política e jurídica do mundo moderno e contemporâneo será construída de modo a garantir a perpétua acumulação de capital. Portanto, tanto a Medicina, quanto a Psicologia e o Direito não se isentam de ser instrumentos do capitalismo, até porque todo conhecimento produzido pelo ser humano que seja contrário aos interesses do capital tem uma grande dificuldade de se tornar prático dentro da sociedade.

Conforme traçado no decorrer deste trabalho, a relação entre depressão e trabalho é intermediada por diversas questões que precisam ser consideradas para que se compreenda a sua totalidade. Um dos grandes problemas das pesquisas realizadas em quase todas as áreas de conhecimento é a ausência de um estudo que abarque a totalidade do objeto a ser estudado. Muitos textos e artigos que foram lidos para a construção desse trabalho partem de uma perspectiva bastante limitada da relação existente entre depressão e trabalho. Na maior parte dos casos, principalmente nos textos jurídicos, não há um estudo estrutural sobre a sociedade. Por isso, optou-se aqui compreender sob quais marcos teóricos a depressão no ambiente de trabalho é analisada, com um enfoque crítico.

Primeiramente, é preciso compreender a contradição que a humanidade vive na sociedade capitalista. O trabalho, a princípio, é determinante da essência humana, tendo em vista que o homem não é um ser individual, no sentido de que não é pré-determinado, pois por meio do trabalho o homem é capaz de criar e recriar a sua própria natureza, aqui trabalho compreendido como a relação entre o homem e a natureza, em que este a modifica com fins previamente determinados para satisfazer

seus desejos. Portanto se outrora o homem era um ser necessariamente nômade e incapaz de voar, hoje essa realidade já não existe mais. Contudo, com o advento do sistema centrado no capital, o trabalho – atividade vital do homem, lhe é estranhado. A natureza e todas as criações humanas são privatizadas e apenas uma minoria detém seu poderio. A produção humana não mais tem relação com seu produtor. O trabalho torna-se assalariado e aqueles que não detém a propriedade dos meios de produção tornam-se força de trabalho, sendo meros intermediários do processo de valorização do capital, já que é apenas por meio da força produtiva do homem que há o excedente.

Diante disso, a sociedade capitalista é estruturada de modo a permitir a expansão do capital, o dinheiro não é mais meio de troca de bens, mas sim representação máxima de riqueza. O trabalho humano serve aos interesses do capital e não do homem. Portanto, para se analisar a saúde da classe trabalhadora, deve-se partir do pressuposto que o trabalho na sociedade capitalista coloca a saúde do trabalhador em segundo plano, em que o homem será explorado no limite da sua saúde. E isto ficou evidenciado no decorrer da história de preocupação com o processo saúde-doença dentro do âmbito do trabalho. Surgem campos de pesquisa e de atuação bastante pontuais e ineficientes na garantia da saúde do trabalhador, preocupadas apenas com a adaptação do trabalhador às condições de trabalho.

O segundo aspecto que deve ser analisada é que o retrato do mundo do trabalho contemporâneo é resultado da reestruturação produtiva decorrente da crise capitalista iniciada na década de 70, do século passado, o que culminou numa transformação no modo de produção, tendo em vista que os antigos modelos taylorista e fordista já não eram mais suficientes para garantir a máxima acumulação de capital. Diante disso, ainda marcada pela lógica da racionalização da gerência do trabalho, surgem novas formas de gestão, em que o modelo toyotista se destaca, passando a ser predominante nas organizações de trabalho. Caracteriza-se pela flexibilidade da produção, flexibilizando-se assim todo o processo de trabalho, desde a contratação dos trabalhadores, até os ritmos de produção. Através dessa nova forma de organização do trabalho há a captura da subjetividade do trabalhador, através de um sistema de manipulação calcado no consumismo e no individualismo, em que os interesses do homem se confundem com os interesses do capital. Além de que o desemprego estrutural é um meio terrorista de fazer com que o trabalhador se

submeta às novas condições de trabalho, que são marcadas por metas exageradas, aumento do ritmo de trabalho, competitividade interna, etc.

Há ainda que se considerar a maneira como a depressão é tratada dentro do ramo da psiquiatria, a qual tem seu conceito ampliado, de modo que a tristeza em si possa ser abarcada como um episódio depressivo. A felicidade torna-se obrigação e não há mais espaço para a tristeza. Isso resulta na prescrição e no uso indiscriminado de antidepressivos.

Além de que é preciso questionar o conceito de doença na nossa sociedade. Se a sociedade estrutura-se de forma a manter a lógica de acumulação do capital, e para isso, a exploração do trabalho humano é essencial, o conceito de doença passa a ter relação intrínseca com a incapacidade para trabalhar. Nesse sentido, a medicalização da vida, em que reações naturais do homem são patologizadas, torna-se um grande instrumento para o capital excluir ou afastar do mercado de trabalho aqueles que não correspondem aos seus interesses, portanto indícios de fadiga, preguiça, abatimento, desânimo não são aceitos dentro de uma lógica de máxima produtividade, versatilidade e empreendedorismo. E a partir do momento que isso é encarado como patológico, o destino do trabalhador pode ser definido por um médico ou psiquiatra, o qual irá determinar se há ou não capacidade de trabalhar ou lhe prescreverá um antidepressivo que o impedirá de se sentir abatido.

Contudo, pode-se pensar que através do Direito há a possibilidade de que o trabalhador acometido pela depressão tenha seus direitos garantidos. No entanto, verifica-se que, na verdade, a legislação e a própria jurisprudência contribuem para que haja a exclusão dos considerados anormais do mundo do trabalho. Primeiramente, através da previdência social, a qual permite que o trabalhador incapacitado mantenha-se afastado do trabalho até que volte a ter condições de retomar o ritmo de produtividade aceitável pelo capital. Essa lógica securitária permite que se mantenha a precariedade do mercado de trabalho informal, já que seus trabalhadores não tem a opção de parar de trabalhar, pois não há garantias previdenciárias para quem não contribui.

A manutenção do sistema precário de trabalho dá-se também através da oneração apenas financeira do empregador, sem que este precise alterar o modo de organização do trabalho, a não ser que esta esteja fora do padrão considerado normal de trabalho, logo, apenas nas empresas em que há nitidamente assédio moral pessoal

ou organizacional. Além do que, a depressão é encarada como multicausal pelas perícias, o que permite que ela não seja vinculada a causa alguma.

Diante disso, é preciso que as áreas de conhecimento que têm intervenção no mundo do trabalho, como o Direito, a Medicina e a Psicologia, consigam trazer para a prática o campo da Saúde do Trabalhador, em que se busca superar a lógica da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional, as quais são caracterizadas por deixar a saúde do trabalhador em segundo plano. É preciso que se busque medidas legais mais eficientes, que combatam o novo modelo de organização do trabalho, o qual por si só já é opressor. No entanto, compreende-se que ainda que o Direito do Trabalho crie meios de maior proteção ao trabalhador, a única solução real para que a saúde do trabalhador seja priorizada é o fim de um sistema centrado no capital, tendo em vista que não há espaço para os tristes, insatisfeitos, fadigados no mundo do trabalho capitalista.

Não somos nós os depressivos. Depressivo é o sistema, que arranca a nossa essência de podermos criar e recriar o sentido da nossa existência, que limita o nosso comportamento a uma normalidade que não nos representa. Normal nesse mundo é o absurdo de vivermos presos a um destino que não é humano, é desumano, porque quem o traça não é um ser humano, mas é um ente antinatural, chamado capital.

7 REFERÊNCIAS

ABREU, Fernanda Moreira de. **Depressão como doença do trabalho e suas repercussões jurídicas**. São Paulo: LTr, 2005.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Práxis, 2007.

_____. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARANDA, Fernanda. **Minha Saúde** [Internet]. São Paulo: 29/08/2011. Disponível em:< <http://saude.ig.com.br/minhasaude/consumo-de-antidepressivos-cresce-49-em-4-anos/n1597163264369.html>>.

BATISTA, Analia Soria; CODO, Wanderley. O trabalho e o tempo. In: JACQUES, Maria da Graça Corrêa; CODO, Wanderley. (Orgs.). **Saúde mental & trabalho**: leituras. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 401-420.

BRANT, Luiz Carlos; MINAYO-GOMEZ, Carlos. Da tristeza à depressão: a transformação de um mal-estar em adoecimento no trabalho. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 12, n. 26, p. 667-676, set. 2008.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BRASIL, Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. art. 42.

CADERNO VIDA. **Zero Hora** [Internet]: 18/06/2011. Disponível em:<<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2011/06/sintomas-mascaram-a-depressao-e-dificultam-diagnostico-da-doenca-3355688.html>>.

CODO, Wanderley. Um diagnóstico integrado do trabalho com ênfase em saúde mental. In: JACQUES, Maria da Graça Corrêa; CODO, Wanderley. (Orgs.). **Saúde mental & trabalho**: leituras. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 173-190.

_____. O sujeito trabalhador apesar de seu trabalho? Um exame dos escritos de Cristophe Dejours. **Revista da Federação Nacional dos Psicólogos**: Saúde mental e trabalho, Belo Horizonte, ano 1, n.1, p. 43-55, 2000.

CRAWFORD, Richard. **Na era do capital humano**: o talento, a inteligência e o conhecimento como forças econômicas. Seu impacto nas empresas e nas decisões de investimento. São Paulo: Atlas, 1994.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo da psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

DEL PORTO, José Alberto. Conceito e diagnóstico. **Rev. Brasileira de Psiquiatria**. São Paulo, v. 21, supl. 1, p. 6-11, maio/1999.

DEPRESSION: A Global Crisis. Occoquan: **World Federation For Mental Health**, out. 2012. Disponível em: <<http://www.buendnis-depression.li/fileadmin/dateien/bgdflyer/WMHDay2012.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2013.

DSM-IV. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 4. ed. Porto Alegre: Artes Medicas, 1995.

DROUIN, Jean-Claude. **Os grandes economistas**. São Paulo: Martins, 2008.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, [s. d.]. 3v.

FERREIRA, Mário César; BARROS, Paloma C. da Rocha. (In)Compatibilidade do trabalho prescrito – trabalho real e vivências de prazer-sofrimento dos trabalhadores: um diálogo entre a ergonomia da atividade e a psicodinâmica do trabalho. **Revista Alethéia**, ULBRA, Canoas, 2003.

FILGUEIRAS, Julio Cesar; HIPPERT, Maria Isabel. Estresse: possibilidades e limites. In: JACQUES, Maria da Graça Corrêa; CODO, Wanderley. (Orgs.). **Saúde mental & trabalho**: leituras. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 112-129.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 16. Ed. São Paulo: Loyola, 2007.

HORST, A. C.; CAVALLET, L. H. R.; PIMENTA, S. de O.; SOBOLL, L. A. Os vínculos frágeis no capitalismo flexível e o sequestro da subjetividade. In: FERRAZ, D. L. da S.; OLTRAMARI, A. P.; PONCHIROLLI, O. (Orgs.). **Gestão de pessoas e relações de trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011, p. 52-60.

JACQUES, Maria da Graça. O nexo causal em saúde/doença mental no trabalho: uma demanda para a psicologia. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, ed. especial, p. 112-119, 2007.

_____. Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental & trabalho. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 97-116, jan/jun. 2003.

JACQUES, Maria da Graça Corrêa; CODO, Wanderley. (Orgs.). **Saúde mental & trabalho**: leituras. Petrópolis: Vozes, 2002.

JARDIM, Sílvia. Depressão e trabalho: ruptura de laço social. **Rev. Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 36, n. 123, p. 84-92, jun. 2011.

KLEIN, Lígia Regina; KLEIN, Bianca Larissa. Ontologia humana e trabalho alienado. In: VENDRAMINI, Celia Regina; MACHADO, Ilma Ferreira (Org.). **Escola e Movimento Social: experiências em curso no campo brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, v. 1, p. 23-42.

LACAZ, Francisco Antonio de Castro. O campo saúde do trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 757-766, abr. 2007.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. **O que é psicologia social**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

LAURELL, Asa Cristina. A saúde-doença como processo social. Tradução de: NUNES, Everardo Duarte. 1982. Tradução de: La salud-enfermedad como proceso social. Revista Latinoamericana de Salud, México, 2, 1982.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes. Esboço de uma crítica à especulação no campo da saúde mental e trabalho. In: JACQUES, Maria da Graça Corrêa; CODO, Wanderley. (Orgs.). **Saúde mental & trabalho: leituras**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 31-49.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**, livro primeiro: o processo de produção do capital, v. I. 29. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MENDES, René; DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 341-349, out. 1991.

_____. Aspectos históricos da patologia do trabalho. In: MENDES, René (Org.). **Patologia do Trabalho**. Rio de Janeiro: Atheneu, 1995, p. 3-31.

MERLO, Álvaro Roberto Crespo; LAPIS, Naira Lima. A saúde e os processos de trabalho no capitalismo: reflexões na interface da psicodinâmica do trabalho e da sociologia do trabalho. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 61-68, jan/abr. 2007.

MERLO, Álvaro Roberto Crespo. Psicodinâmica do trabalho. In: JACQUES, Maria da Graça Corrêa; CODO, Wanderley. (Orgs.). **Saúde mental & trabalho: leituras**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 130-142.

MINAYO-GOMEZ, Carlos; THEDIM-COSTA, Sonia Maria da Fonseca. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p. 21-32, 1997.

MINOIS, Georges. A idade de ouro: história da busca da felicidade. São Paulo: Editora Unesp, 2011. Resenha de: MAYNARD, Andreza S. C. Variações culturais do conceito de felicidade. **Revista de História e Estudos Culturais**, v. 10, n. 1, p. 1-6, jun. 2013.

NARDI, Henrique; TITTONI, Jaqueline; BERNARDES, Jefferson Souza. Subjetividade e trabalho. In: CATTANI, Antonio David. (Org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. 2.ed., Petrópolis: Vozes, 1997, p. 240-246.

PERES, Marcos Augusto de Castro. **Do taylorismo/fordismo à acumulação flexível toyotista: novos paradigmas e velhos dilemas**. Disponível em: <<http://docente.ifrn.edu.br/josesantos/disciplinas-2012.2/fundamentos-sociopoliticos-e-economicos-da-educacao-para-licenciado-fordismo-taylorismo-a-acumulacao-flexivel>>. Acesso em: 01/11/2013.

PERES, Urania Tourinho. **Depressão e melancolia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

PRATT, LA; BRODY, DJ; GU, Q. **Antidepressant use in persons aged 12 and over: United States, 2005–2008**. NCHS data brief, n. 76. Hyattsville, MD: National Center for Health Statistics. 2011.

RAMMINGER, Tatiana; NARDI, Henrique Caetano. Subjetividade e trabalho: algumas contribuições conceituais de Michel Foucault. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 12, n. 25, p. 339-346, Jun. 2008.

SAMPAIO, José Jackson Coelho; MESSIAS, Erick Leite Maia. A epidemiologia em saúde mental e trabalho. In: JACQUES, Maria da Graça Corrêa; CODO, Wanderley. (Orgs.). **Saúde mental & trabalho: leituras**. Petrópolis: Vozes, 2002, 143-172.

SOARES, Giovana Bacilieri; CAPONI, Sandra. Depressão em pauta: um estudo sobre o discurso da mídia no processo de medicalização da vida. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 15, n. 37, jun. 2011.

SOLOMON, Andrew. **O demônio do meio-dia: uma anatomia da depressão**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

TEIXEIRA, Sueli. A depressão no meio ambiente do trabalho e sua caracterização como doença do trabalho. **Revista Trib. Reg. Trab. 3ª Reg.**, Belo Horizonte, v. 46, n. 76, p. 27-44, jul/dez. 2007.

TITTONI, Jaqueline. Subjetivação e trabalho: reflexões sobre a economia solidária. In: **Anais do Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, 8., 2004, Coimbra.

UNIVERSIDADE DE AVEIRO. **Introdução à gestão: passado, presente e futuro do taylorismo**. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/madalenap/corpo-passado-presente-e-futuro-do-taylorismo-em-pdf1>>. Acesso em: 01/11/2013.